

Janaína da Silva Ferreira

**UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS RELEVANTES DE
EMPRESAS BRASILEIRAS: CARACTERÍSTICAS QUE
AFETAM A MUDANÇA NA PROBABILIDADE DE PERDA DE
PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

Dissertação submetido(a) ao Programa
de Pós-Graduação em Contabilidade da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Contabilidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suliani Rover.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Janaina da Silva
Uma análise dos processos relevantes de empresas brasileiras: características que afetam a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes / Janaina da Silva Ferreira ; orientador, Suliani Rover, 2018.
125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Contabilidade. 2. Provisões.. 3. Passivos contingentes. . 4. Litígios. . 5. Probabilidade de perda.. I. Rover, Suliani . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

Janaína da Silva Ferreira

**UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS RELEVANTES DE
EMPRESAS BRASILEIRAS: CARACTERÍSTICAS QUE
AFETAM A MUDANÇA NA PROBABILIDADE DE PERDA DE
PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2018.

Prof.^a Ilse Maria Beuren, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Suliani Rover, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Bruno Meirelles Salotti, Dr. (Videoconferência)
Universidade de São Paulo

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz Felipe Ferreira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa envolveu a contribuição de diversas pessoas, as quais merecem a minha gratidão.

À minha família, dedico todo o meu esforço e amor. Cada momento ruim superado e momento bom celebrado nos torna mais unidos e conscientes do valor do seio familiar.

Meus pais, Ervander e Vanilda, são fonte de inspiração, e cada um, respeitando suas particularidades, torceram e viabilizaram a execução desta pesquisa. Meus irmãos, Rafaela e Nicolás, são presentes do universo. Amo vocês!

Prof^ª Dr.^a Suliani Rover, minha orientadora guerreira, inteligente, entusiasta, apaixonada pela pesquisa, mas, especialmente, um ser humano fantástico com quem tenho o prazer de conviver e aprender. Obrigada por apostar em mim, tornando, o improvável, realidade. Jamais esquecerei!

Aos meus amigos dos grupos “infância”, “patota”, “grupo das meninas”, “netflix”, “amigas dazantigas”, “excluídos”, entre outros, agradeço a compreensão da distância e o apoio incondicional.

Aos parceiros do NECC, agradeço pelas novas amizades, novos rumos profissionais, novas conquistas. Com vocês desejo permanecer por muito tempo.

Ao Alessandro, Gabriela e Robson, pela parceria nos projetos durante o mestrado.

A Rafaela, Gerson, Vítor, Juliane, Alessandro, Francielle, Rafael Jaime, Carla, Ana Cláudia, Ervander (pai), Isis e Gabriela, agradeço por estarem comigo nos momentos da dissertação.

Aos professores do PPGC, especialmente os do NECC, que se dedicaram a partilhar conhecimento e inovar em busca de formar profissionais que contribuam com a sociedade. Muito obrigada!

Aos professores Dr. Jose Alonso Borba, Dr. Luiz Felipe Ferreira, Dr. Bruno Sallotti e Ms. Lucas Martins Dias Maragno pelas enriquecedoras contribuições dadas a esta pesquisa no exame de qualificação e defesa.

E, por fim, todas as pessoas que fazem parte da minha vida, incluindo Deus!

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.” (Theodore Roosevelt).

RESUMO

Os gestores possuem flexibilidade dada pela subjetividade das normas contábeis que permitem julgamentos acerca de riscos e a utilizam por meio de critérios específicos da sua entidade no que tange a aspectos financeiros e operacionais. Um dos riscos julgados trata-se dos litígios mencionados como relevantes no Formulário de Referência, onde as empresas identificam os processos em que são autoras e rés e descrevem a decisão da probabilidade de perda. Contudo, o impacto maior desta probabilidade de perda muda com sua alteração, e não é informado o que pode provocá-la. Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras. A amostra abrange setores que estão entre os que mais divulgam informações de provisões e passivos contingentes, de acordo com Rosa (2014), a saber: petróleo, gás e biocombustíveis, consumo não cíclico e utilidade pública. Os dados coletados compuseram-se de 11.200 processos mencionados, sendo que destes, 2.716 foram divulgados em mais de um período e 252 mudaram a chance de perda no período de 2010 a 2016. As probabilidades nas quais ocorreram mais mudanças na chance de perda foram de possível para remota e de possível para provável, respectivamente. Para a identificação das características que afetam a mudança da chance de perda, foi especificado um modelo de regressão logística com dados em painel, com 11 variáveis explicativas para a mudança na chance de perda, as quais são divididas em duas perspectivas: (a) características das empresas e, (b) características dos processos. Os resultados indicam por meio das variáveis estatisticamente significantes com coeficiente positivo, que empresas participantes do novo mercado, emissoras de ADR e processos de natureza ambiental, trabalhista e cível, com maiores valores envolvidos, que possuam materialidade financeira quanto a expectativa de risco em caso de perda e o tempo decorrido do processo têm maior probabilidade de afetar a mudança na chance de perda. Por outro lado, os processos que estão em 1ª instância ou em instâncias superiores têm maior probabilidade de não mudar a chance de perda, analisado pela significância e coeficiente negativo, esperados para esta pesquisa. Como contribuição, esta pesquisa mostra que não são apenas os aspectos relativos aos processos que determinam a chance de perda.

Palavras-chave: Provisões. Passivos contingentes. Litígios. Probabilidade de perda.

ABSTRACT

Managers have the flexibility provided by the subjectivity of accounting standards that allow for judgments about risks and use them through specific criteria of their entity regarding financial and operational aspects. One of the risks judged is the litigation mentioned as relevant in the Reference Form, where the companies identify the lawsuits in which they are the plaintiffs and describe the decision on the likelihood of loss. However, the greater impact of this likelihood of loss changes with its change, and is not informed what can cause it. In this context, the general objective of this research is to identify the characteristics that affect the change in the probability of loss of provisions and contingent liabilities of Brazilian companies. The sample encompasses sectors that are among those that most disclose information on provisions and contingent liabilities, according to Rosa (2014), namely: oil, gas and biofuels, non-cyclical consumption and public utility. The data collected comprised 11,200 cases mentioned, of which 2,716 were disclosed in more than one period and 252 changed the chance of loss in the period from 2010 to 2016. The odds in which there were more changes in the chance of loss were possible to remote and from possible to probable, respectively. For the identification of the characteristics that affect the change in the chance of loss, a logistic regression model with panel data was specified, with 11 explanatory variables for the change in the chance of loss, which are divided into two perspectives: (a) characteristics (b) characteristics of the processes. The results indicate, by means of the statistically significant variables with a positive coefficient, that companies participating in the new market, issuers of ADRs and processes of environmental, labor and civil nature, with higher values involved, that have financial materiality as to the expectation of risk in case of loss and the elapsed time of the process are more likely to affect the change in the chance of loss. On the other hand, the processes that are in the first instance or in higher instances are more likely to not change the chance of loss, analyzed by the significance and negative coefficient, expected for this research. As a contribution, this research shows that it is not only the aspects related to the processes that determine the chance of loss.

Keywords: Provisions. Contingent liabilities. Litigation. Probability of loss.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceito de passivo, provisões e passivos contingentes.....	34
Quadro 2 - Construtos norteadores da pesquisa	52
Quadro 3 - Outros aspectos de relevância considerados pelas empresas que apresentaram este item no F.R.....	66
Quadro 4 - Informações adicionais do processo de definição da probabilidade de perda	72
Quadro 5 - Exemplos de materialidade	82
Quadro 6 - Rejeição de hipóteses	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra da pesquisa	49
Tabela 2 - Itens do Formulário de Referência utilizados na pesquisa ...	50
Tabela 3 - Quantidade de processos relevantes divulgados em cada subitem	57
Tabela 4 - Quantidade de processos por setor, subsetor e parte processual	60
Tabela 5 - Percentual das partes processuais por ano e setor	62
Tabela 6 - Tipo de processos por setor.....	64
Tabela 7 - Definição de relevância do valor dos processos de acordo com as empresas que apresentaram este item no F.R.....	66
Tabela 8 - Decisor da probabilidade de perda de acordo com as informações das empresas no F.R.	71
Tabela 9 - Chance de perda por setor e ano dos processos em que são réis	73
Tabela 10 - Provisões dos processos classificados como prováveis.....	75
Tabela 11 - Relação de processos considerados relevantes por setor....	77
Tabela 12 - Relação entre os processos totais, divulgados em mais de um período e com mudança na chance de perda	79
Tabela 13 - Mudança na chance de perda	81
Tabela 14 - materialidade categorizada.....	82
Tabela 15 - Valor dos processos por ano e por tipo	88
Tabela 16 - Estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância within e between	89
Tabela 17 - Tabulações within e between das variáveis binárias	90
Tabela 18 - Matriz de correlação entre as variáveis	92
Tabela 19 - modelos em painel <i>logit</i>	94
Tabela 20 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância within e between	98
Tabela 21 - Tabulações <i>within</i> e <i>between</i> das variáveis binárias	98
Tabela 22 - Matriz de correlação entre as variáveis	101
Tabela 23 - modelo em painel <i>logit</i>	103
Tabela 24 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância within e between	104
Tabela 25 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância within e between	105
Tabela 26 - Matriz de correlação entre as variáveis	107
Tabela 27 - modelo aleatório em painel <i>logit</i>	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Partes processuais por ano	59
Gráfico 2 - Valores dos processos em que a empresa é autora por tipo e ano	69
Gráfico 3 - Valores dos processos em que a empresa é ré por tipo e ano	70
Gráfico 4 - Evolução do número de processos por tipo e por ano.....	80
Gráfico 5 - Probabilidades de perda por tipo de processo.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
OBJETIVOS	24
1.1.1 Objetivo Geral	24
1.1.2 1.1.2 Objetivos específicos.....	25
1.2 JUSTIFICATIVA.....	25
1.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
2.1 JULGAMENTO	29
2.2 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.....	33
2.3 PRESSUPOSTOS NA FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA	37
2.3.1 Características das empresas	37
2.3.1.1 Governança Corporativa.....	37
2.3.1.2 Internacionalização e ADR	38
2.3.1.3 Setor Regulado	41
2.3.1.4 Auditoria	41
2.3.1.5 Variação do Resultado	43
2.3.1.6 Tamanho.....	43
2.3.2 Características dos processos	44
2.3.2.1 Tipo de Processo	44
2.3.2.2 Valor do Processo.....	45
2.3.2.3 Tempo do Processo	45
2.3.2.4 Materialidade.....	46
2.3.2.5 Instâncias.....	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 AMOSTRA DA PESQUISA.....	49
3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	50
3.3 CONSTRUTOS DAS HIPÓTESES DA PESQUISA	52
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE	54
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	57
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA QUALITATIVA	57
4.1.1 Processos totais	57
4.1.2 Processos divulgados em mais de um período	78
4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA DADOS EM PAINEL	89
4.3 ANÁLISES SUPLEMENTARES	97
4.3.1 Mudança na chance de perda de processos classificados como prováveis para contingências (possível e/ou remota).....	97
4.3.2 Mudança na chance de perda de processos classificados como contingências (possível e/ou remota) para prováveis.....	104

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICE.....	124

1 INTRODUÇÃO

Os *stakeholders* se deparam com a subjetividade de normas contábeis que permitem ao preparador das demonstrações contábeis munir-se de critérios alternativos, os quais permitem escolhas contábeis e julgamentos acerca de riscos, como as informações fora do balanço (POETA, 2012; ROSA, 2014; LOSEKANN et al., 2016). O subjetivismo permite a comparação a um *iceberg* que evidencia apenas uma parte do todo que é constituído. Relacionando tal situação às provisões e aos passivos contingentes, observa-se que as primeiras, segundo Martins et al. (2013), seguem as premissas do conceito de passivo, porém se distinguem destes devido às incertezas sobre os prazos e valores a serem desembolsados ou exigidos para sua liquidação. Já os últimos não são reconhecidos no balanço por dependerem de um ou mais eventos indefinidos que a instituição não controla.

Um das formas de informações fora do balanço são os processos judiciais a que as empresas estão submetidas como réis ou autoras quando classificados como passivos contingentes. Os tipos de processos encontrados nas empresas são tributários ou fiscais, cíveis, trabalhistas, ambientais, entre outros (FERREIRA et al., 2017). As empresas brasileiras reportam no Formulário de Referência (F.R.) exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) os riscos considerados relevantes (MARTINS et al., 2013), respeitada a classificação da chance de perda em provável, possível e remota prevista no Pronunciamento Técnico CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes correlacionado ao *International Accounting Standard* (IAS) 37.

Essas classificações não preveem padrões na escolha, dependendo de julgamentos do gestor e consequente incerteza nas probabilidades da ocorrência das futuras perdas, podendo ocasionar ambiguidades nas avaliações e posterior divulgação inapropriada aos usuários, sobre as perdas contingenciais (NELSON; KINNEY, 1997; PENNO, 2008; DU; STEVENS, 2010; LOSEKANN et al. 2016). Por este motivo, as normatizações buscam nortear o reconhecimento, a mensuração adequada e a divulgação das provisões e dos passivos contingentes, de modo a assegurar que os *stakeholders* compreendam a natureza, a oportunidade e o valor de tais aspectos (CPC 25, 2009). Desta forma, os critérios de escolha na probabilidade de perda devem estar alinhados com a análise crítica dos processos quanto às suas resoluções e valores próximos da quantia real a ser desembolsada. Gonzalez e Silva Filho (2016) ressaltam que devem ser apurados por meio de particularidades jurídicas e Ribeiro,

Ribeiro e Weffort (2013) reforçam que, após a análise dos advogados, as escolhas passam pelo crivo do auditor para validação junto ao gestor.

As classificações da probabilidade de perda tornam-se *red flags* para aqueles que serão beneficiados ou prejudicados pelas decisões classificatórias que impactam o lucro do período. Ragazzi, Magalhães e Bortolozzi (2012) divulgaram a insatisfação da acionista minoritária da TIM, a JVCO, em face da diminuição da provisão dos riscos tributários. De acordo com a JVCO, as provisões não seguem padrões de conservadorismo e não atendem à demanda judicial existente da empresa, sendo apurado um lucro irreal, o que provocou uma distribuição de dividendos maior do que deveria ter sido realizada. Já a TIM relata que suas ações decorrem da opinião de consultores e posterior análise dos auditores, e que em nenhum ano as perdas superaram as provisões. Du, Stevens e McEnroe (2011) já haviam destacado que as empresas têm sido fiscalizadas por não terem estabelecido reservas suficientes para as perdas judiciais, e a preocupação são as motivações para esta ação.

Tem-se notado uma preocupação crescente quanto à divulgação das provisões relacionadas às ações judiciais. Balza (2017) relata que a empresa *International Meal Company* (IMC) manipulou seu resultado baseado nas provisões trabalhistas. Os valores provisionados pelos diretores representavam, em média, um terço do valor real repassado pelo escritório de advocacia, manobrando o resultado para obter menos prejuízo. Em 2016, entre janeiro e setembro, enquanto a manobra ainda acontecia, o prejuízo acumulado era de R\$ 11 milhões, sendo que no exercício findo, após o término da adulteração devido ao receio de exposição da companhia, o valor passou para R\$ 76 milhões. A discussão central é que o provisionamento judicial, por se tratar de julgamento do gestor, é de fácil manipulação e de difícil detecção, ocasionando distorções relevantes nos resultados das empresas.

Doupnik e Richter (2004), Farias (2006), Teixeira e Silva (2009) e Poeta (2012) refletem sobre o impacto nos demonstrativos contábeis por meio de percepções distintas de um determinado evento. Rosa (2014) reforça que o erro na classificação das contingências passivas pode distorcer as decisões dos *stakeholders*. Essas distorções podem estar relacionadas à subjetividade na interpretação das normas, especialmente o uso da apresentação da probabilidade de perda em expressão verbal em vez de numérica. Ainda que a dificuldade exista, faz-se necessário interpretar e divulgar essas informações. Blacconiere e Patten (1994) verificaram que não documentar informações sobre as provisões e os passivos contingentes causa reações negativas no mercado.

Além das dificuldades na interpretação das normas, outras ações intencionalmente incorretas podem afetar as demonstrações contábeis nos casos de provisões e contingências passivas. Rosa (2014) aponta o gerenciamento de resultados como recurso possível nestes casos, seja para diminuir a contingência passiva alterando a sua chance de perda para remota ou atribuir alta probabilidade para provisionar o valor no balanço. Baptista (2009) concorda com a opinião de que o maior poder de julgamento pode incentivar o ambiente com a prática de manipulação do resultado contábil.

Pode-se notar vulnerabilidade, conforme destacam Torres e Carrança (2017), nas reversões de provisões de contingências das empresas Gerda, Natura e Grupo Pão de Açúcar, referente à disputa sobre a base de cálculo do PIS e da Cofins, no qual os advogados apontam fragilidade na decisão de mudança na chance de perda dos processos, já que o Supremo Tribunal Federal pode atender aos apelos da Secretaria de Estado da Fazenda em virtude do impacto negativo nas contas públicas. Rostás (2017) também abordou o tema ao descrever que a Gerda, ao reverter valores provisionados no balanço, passou de resultado de prejuízo para lucro.

Por outro lado, Machado (2017), em vez de mostrar resultados lucrativos com a reversão de resultados, menciona o caso da companhia CEDAE, que reverteu seu lucro, obtendo prejuízo de R\$ 17 milhões no 1º trimestre, tendo como principais causas decréscimo na prestação de serviços de fornecimento de água, além de aumento de custos com pessoal – em razão dos gastos com o plano de demissão voluntária da companhia –, provisões para devedores duvidosos e para contingências.

Na área acadêmica, as provisões e contingências passivas têm sido discutidas em relação ao impacto no resultado com a inclusão das contingências no balanço (ROSA, 2014, LOSEKANN et al. 2016); à incerteza no julgamento na probabilidade da chance de perda devido a diferenças nas normas (DAVIDSON; CHRISMAN, 1994; HOFFMAN; PATTON, 2002; DOUPNIK; RICHTER, 2003; CAPRIOTTI; WALDRUP, 2005; TEIXEIRA; SILVA, 2009; POETA, 2012) e ainda ao *disclosure* dessas informações antes de o Brasil adotar as normas internacionais (FARIAS, 2006) e entre o período (antes e depois) da conversão das normas brasileiras às internacionais (PRADO, 2014).

Contudo, esses estudos não tratam especificamente da mudança da probabilidade de perda de um processo. Ademais, neles não foram identificados os motivos que levam à alteração na probabilidade de perda. Em estudo preliminar, Ferreira et al. (2017) identificaram, por meio de análise de conteúdo, se as companhias explicam de forma descritiva o

motivo da mudança nas probabilidades de perdas de processos judiciais, classificando-o em: sem justificativa, parecer favorável/ desfavorável e outros. Os resultados indicam que 55% das empresas não justificam os motivos e, entre as que relatam, referem-se a processos tributários e cíveis.

Os estudos de Rosa (2014) e Losekann et al. (2016) instigam as pesquisas sobre os processos judiciais ao classificarem os passivos contingentes como provisões e observarem o impacto negativo na maior parte das empresas, o que suscita a importância da fidedignidade da informação da probabilidade provável, possível e remota dos processos judiciais. Hennes (2013) verificou que as práticas de divulgação de provisões e passivos contingentes de processos trabalhistas fornecem detalhes quantitativos limitados da magnitude das perdas esperadas, sendo observadas melhores informações qualitativas, especialmente quando a empresa acredita na liquidação ou quando os valores envolvidos no processo são altos.

Em consonância com a classificação da probabilidade de perda, Lima, Menezes Junior e Rodrigues (2017) analisaram os precedentes judiciais vinculantes que podem influenciar fortemente na resolução de uma ação, auxiliando na predição das perdas processuais. Porém, Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) apontam outras implicações na resolução dos casos, como as particularidades do sistema judiciário brasileiro, ou o gerenciamento de resultados, possibilidade descrita por Baptista (2009). Gonzalez e Silva Filho (2016) mostram a relevância da análise do risco legal no cumprimento das regulamentações de governança pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Diante da contextualização da relevância das provisões e dos passivos contingentes, da incerteza no julgamento dessas informações que podem distorcer os demonstrativos contábeis e da necessidade dos *stakeholders* se inteirarem dos avanços ou retrocessos dos processos em que as empresas são autoras ou rés, esta pesquisa tem como pergunta: **Quais características afetam a mudança de probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras?**

OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é identificar as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras.

1.1.2 1.1.2 Objetivos específicos

- a) Categorizar os processos relevantes divulgados pelas empresas de acordo com os fatores de riscos elencados no Formulário de Referência;
- b) descrever as características dos processos relacionados às provisões e contingências evidenciadas pelas empresas; e
- c) identificar na literatura as características relacionadas à empresa e aos processos que possam justificar a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde 2009, com a obrigatoriedade da aplicação do CPC 25 para os exercícios encerrados a partir de 2010, as pesquisas mostram uma maior divulgação por parte das empresas sobre itens de provisões e passivos contingentes, mas não a totalidade do que está previsto na norma (TSAKUMIS, 2007; OLIVEIRA, 2007; TONETTO; FREGONESI, 2010; FONTELES et al., 2013; SUAVE et al., 2013; ROSA, 2014). Sendo assim, as empresas estão se adequando gradualmente às instruções da norma.

Prado (2014) chamou esse processo de curva de aprendizagem sobre os riscos potenciais. Ao analisar empresas de energia elétrica, observou um aumento no nível de divulgação sobre provisões e passivos contingentes de 2002 a 2012. Em 2002, o índice médio era de 26,76% e em 2012 foi para 73,20%, que indica o aperfeiçoamento e maior aplicação das definições de divulgação da deliberação da CVM 594/09 e Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 444/01. O autor verificou que as empresas foram absorvendo as informações normativas e aumentando o grau de evidenciação devido à aprendizagem no decorrer do tempo.

Além do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes, atenção tem sido dispensada ao julgamento das probabilidades de perdas, devido ao impacto relevante que podem provocar nas demonstrações contábeis. Ferreira, Borba e Rosa (2014) preocuparam-se com o impacto da mudança da probabilidade de perda dos processos ambientais. A pesquisa identificou a relevância financeira das provisões e contingências ambientais e revelou que 25% das empresas teriam lucros reduzidos e mais de 50% teriam prejuízo se as contingências apresentadas fossem

revertidas para prováveis. Hennes (2013) analisou as características dos processos trabalhistas, verificando diferenças entre as divulgações de informações quantitativas e qualitativas e Rosa (2014) elaborou cenários para analisar os impactos na reclassificação de passivos contingentes ao mensurar os efeitos no lucro líquido e no patrimônio das empresas. A autora verificou que 69% dos processos analisados são do tipo tributário. Na mesma linha de reclassificação, porém em cenário real, Rostás (2017) informou que a Companhia Gerdau deixou de apresentar prejuízo em razão da reversão de uma provisão.

Nota-se que as empresas, apesar de divulgarem informações dos processos, em atendimento ao CPC 25, não esclarecem sobre a mudança da probabilidade de perda dos processos a que estão submetidas como autoras ou rés. Cabe reforçar que esses processos decorrem de situações controladas ou não pelas companhias e que a mudança na probabilidade de perda deve ocorrer baseada em pareceres jurídicos. Contudo, a decisão dos advogados, contadores, gestores e auditores, ainda que norteadas pelas normas, suportam a subjetividade no julgamento das classificações dos processos. Um exemplo pode ser uma gestão mais conservadora ou arrojada.

Em relação à mudança na probabilidade de perda dos processos das empresas brasileiras quanto às provisões e contingências passivas, variável de interesse desta pesquisa, percebe-se que se alia também às normas jurídicas aplicadas. Ribeiro (2012, p. 29), ao entrevistar advogados sobre o sistema tributário no Brasil e o julgamento de processos, afirmou que “o judiciário latino-americano comum tem seus procedimentos concentrados antes na formalidade que na substância”. Ribeiro (2012) frisa que há certa ineficiência e lentidão burocrática e que os altos custos são da sociedade.

Desta forma, não apenas os acadêmicos têm interesse em estudar a influência das provisões e contingências passivas nos resultados das companhias, mas também, e especialmente, os *stakeholders*, que primam pela continuidade das empresas e necessitam conhecer os processos a que estas estão submetidas e o impacto que provocam nas demonstrações contábeis para que possam tomar a decisão de investir, emprestar recursos ou fornecer matéria-prima. Nesta contextualização, constata-se que é imprescindível que os fatores que podem influenciar a mudança da probabilidade de perda dos processos sejam conhecidos para compreender o panorama da relação das empresas com seus processos.

Ademais, tanto para a empresa quanto para os usuários que utilizam suas informações, verificar a exigibilidade da provisão trará discussão sobre o que está sendo divulgado. É importante que as

classificações apresentem efetividade, ou seja, quando a empresa informa que é remota a chance de perda de um processo, que ela ganhe ação; ou de forma contrária, que um processo que esteja classificado como provável, a empresa perca a ação. As empresas poderão ter imprecisões, porém devem ser analisadas essas distorções de forma a verificar se são sistemáticas.

As pesquisas de Ferreira, Borba e Rosa (2014), Rosa (2014) e Losekann et al. (2016) focaram demonstrar de forma fictícia o cenário das empresas caso os passivos contingentes fossem considerados prováveis. Ribeiro (2012) entrevistou especialistas, auditores e advogados e relatou a diferença na percepção da classificação na mudança da chance de perda dos processos brasileiros e Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) discutiram o contexto legislativo brasileiro. O diferencial desta pesquisa está em identificar as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes por meio de análises quantitativas e qualitativas dos processos administrativos, judiciais e arbitrais, tema não encontrado em nenhum outro estudo.

1.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Todas as questões relacionadas a processos normalmente são direcionadas à assessoria jurídica, porém, no caso dos litígios de empresas, há necessidade de julgar a classificação na probabilidade de perda dos processos. Este processo inclui outros atores como os contadores, gestores e auditores, que se baseiam também em particularidades jurídicas (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFFORT, 2013), mas não somente nisso.

Os riscos a que as empresas estão submetidas devem ser divulgados de forma transparente, tempestiva e relevante, motivado pelo uso de julgamento correto e justo, sem intenções de manipular resultados ou de apenas cumprir requisitos da lei, sem que dispensem atenção ao conteúdo disponibilizado. O comprometimento das empresas com seus *stakeholders* deve evidenciar seu comprometimento com o meio econômico e social.

Em relação aos usuários da contabilidade no geral, este estudo busca compreender as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes relacionados a processos administrativos, judiciais e arbitrais, e isto poderá se tornar ferramenta de análise, uma vez que as empresas e processos que possuam as características aqui demonstradas significantes têm mais possibilidade de apresentar as mudanças na chance de perda, independentemente do

tipo de alteração. Uma das influências desta mudança é citada por Lima, Menezes Junior e Rodrigues (2017) como sendo os precedentes judiciais vinculantes, em que uma vez definida uma resolução para determinado tipo de caso, esta seja aplicada a outras posteriores semelhantes.

As contribuições também versam sobre o comportamento das provisões e contingências da amostra analisadas de forma qualitativa. Para a área acadêmica, a pesquisa tem por intuito responder às lacunas encontradas e pretende suscitar novas discussões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 JULGAMENTO

As práticas contábeis foram transformadas no Brasil por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das emissões dos pronunciamentos técnicos que buscaram esclarecer as novidades introduzidas pela Lei nº 11.638/2007. A principal mudança está na subjetividade no tratamento das informações ao primar pela essência sobre a forma e o maior poder de julgamento dos preparadores dos demonstrativos contábeis. Baptista (2009) explica que o julgamento é intrínseco aos princípios contábeis da materialidade e do conservadorismo, constante na realização das estimativas contábeis, e não qualifica gerenciamento de resultado. Pelo contrário, a discricionariedade do julgamento tem como objetivo apresentar a posição financeira e o desempenho econômico da companhia, de modo que os gestores e contadores se sentem responsáveis diretamente sobre estes resultados (POETA, 2012; ROSA, 2014; LOSEKANN et al., 2016).

Entre as contas que apresentam subjetividade e julgamento, destacam-se as operações fora do balanço ou *off-balance sheet*, que utilizam critérios de escolhas contábeis para definir o melhor método de acordo com a estrutura e operacionalização da empresa. Nessas operações, os usuários buscam esclarecimentos sobre as divulgações de passivos contingentes judiciais. Uma das dificuldades encontradas é a falta de conformidade entre o FASB, IASB e SEC (HENNES, 2013).

De modo geral, as informações de passivos e provisões encontram-se no balanço, enquanto os passivos contingentes são chamados de operações fora do balanço ou *off-balance sheet*. As normas que orientam os preparadores das demonstrações contábeis quanto às provisões e aos passivos contingentes são *International Accounting Standards* (IAS) 37, *Financial Accounting Standards* (FAS) 5 e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 que decorre da IAS 37. A classificação da probabilidade de perda dada pelo IAS 37 e CPC 25 são “provável”, “possível” e “remota”. O FAS 5 utiliza os termos “provável”, “razoavelmente possível” e “remota”.

Essa classificação requer um julgamento de determinado evento que pode não ser o mais adequado, uma vez que avaliações realizadas por diferentes profissionais podem levar a impactos diversos nos demonstrativos contábeis (TEIXEIRA; SILVA, 2009; POETA, 2012) e comprometer a comparabilidade das demonstrações financeiras (DU; STEVENS, 2011). Pode ocasionar ainda o erro da interpretação das

normas na classificação da chance de perda (ROSA, 2014) ou utilização tácita para manipulação do resultado contábil (BAPTISTA, 2009).

Paulo (2007, p.48) argumenta que “a manipulação da informação contábil pode ocorrer não somente pela modificação artificial dos números contábeis, mas também pela apresentação de certos aspectos econômicos e financeiros através do *off balance-sheet*”. O autor ressalta que é importante compreender que a manipulação de informação contábil é diferente de contabilidade fraudulenta, pois a primeira relaciona-se ao julgamento dos gestores de itens que permitem esta discricionariedade e o último refere-se a ações que não são permitidas legalmente (PAULO, 2007).

Os estudos de Rosa (2014), Jesus e Souza (2016) e Losekann et al. (2016) reconfiguraram artificialmente as provisões e os passivos contingentes para analisar o impacto provocado pela reclassificação. Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da sua reconfiguração no contexto brasileiro. Para isso, foram elaborados cinco cenários e analisados os efeitos sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido: otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista. Os principais resultados mostram que a *disclosure* nas notas explicativas dos itens do CPC 25 foi na média de 72%, o que mostra atendimento parcial das normas.

Outro apontamento é o montante contabilizado como provisão que afeta o lucro líquido e o patrimônio líquido que alcança apenas 12% da soma dos processos judiciais e administrativos da amostra, incluídos os passivos contingentes. Por meio dos cenários, verificou-se que, exceto no cenário otimista (extremo inferior), os efeitos econômicos das contingências são significativos (ROSA, 2014).

Jesus e Souza (2016) analisaram os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica nas empresas brasileiras auditadas pelas *big four*. Das 50 empresas pesquisadas, 93% apresentaram alta divulgação das contingências passivas de natureza cível, fiscal e trabalhista. Por outro lado, apenas uma empresa divulgou contingências passivas ambientais. Foi simulado o reconhecimento dos passivos contingentes como provisões e os resultados mostram que mais do dobro das empresas apresentaram prejuízo e passivo a descoberto, considerado o antes e o depois da simulação. Quanto ao nível de evidenciação pelas empresas de auditoria *big four*, percebeu-se que as empresas diferem de acordo com o item do CPC 25, contudo, em âmbito geral, a empresa PricewaterhouseCoopers é a que atende melhor à evidenciação da norma.

Losekann et al. (2016) verificaram a situação das contingências passivas para empresas inseridas nos níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa e seus efeitos ante a reclassificação dos valores de processos judiciais. Os autores elaboraram cinco cenários: otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente moderado e pessimista, sendo cada cenário caracterizado por 20% dos valores processuais, totalizando 100%. Os principais resultados apontam que 76% das empresas, da amostra de 145, pertencem ao novo mercado. Ao analisar as contingências por setor, observa-se discordância entre o setor mais expressivo e o que possui maior número de contingências declaradas. O maior valor de contingências, após aqueles classificados em “outros”, são os processos judiciais cíveis nas empresas do setor de energia elétrica. Ao reclassificar os valores de passivos contingentes de possível para provável e de remoto para provável, as empresas apresentam prejuízos observados na comparação em percentual com o patrimônio líquido e com o lucro.

No âmbito jurídico, Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) explicam o contexto geral da legislação tributária brasileira referindo-se ao período de altas taxas inflacionárias, que fazia com que o governo emitisse pacotes econômicos em busca de ajuste na economia e de abaixar as taxas de inflação. Deste modo, leis de ajuste fiscal eram elaboradas para aumentar a arrecadação para equilibrar as contas públicas, sendo muitas destas leis contestadas quanto a sua constitucionalidade, gerando disputas judiciais. Essas disputas tornam-se onerosas e demoradamente demoradas. Na mesma linha, Ribeiro (2012) menciona que os motivos para a disputa judicial circundam os interesses do negócio na possibilidade de prorrogação de pagamento no aguardo de anistia fiscal sobre aquela autuação com redução ou cancelamento de multa e juros.

Gonzalez e Silva Filho (2016) buscaram demonstrar a relevância da análise do risco legal no cumprimento das regulamentações de governança corporativa. Os autores ressaltaram a importância do departamento jurídico na análise dos riscos legais indispensável para uma empresa que busque a transparência. É esse departamento que irá conduzir o montante da provisão que impactará o resultado e o detalhamento dos passivos contingentes que compõem os riscos da companhia. O impacto financeiro reflete no mercado mobiliário, mais especificamente na precificação acionária. Para Gonzalez e Silva Filho (2016, p.28), a análise do risco judicial deverá ser apurada por meio de particularidades jurídicas, tais como: “os elementos fáticos e probatórios, a matéria de defesa, a jurisprudência que trata do assunto em discussão etc.”

A avaliação técnica-jurídica permitirá a análise apropriada dos riscos legais e as probabilidades de perdas, demonstrando um estreitamento entre a Governança Corporativa e a assessoria jurídica contínua. Os advogados fortalecem a governança corporativa, não apenas pelas técnicas aplicadas nas contingências passivas judiciais, mas também pelo auxílio na implantação e contínuo monitoramento de *compliance* interno da empresa, por meio de consultoria preventiva e consultiva (GONZALEZ; SILVA FILHO, 2016).

Ribeiro (2012, p. 25) acrescenta que “a verificação final e aprovação dos valores com base nas evidências internas são feitas pelas empresas de auditoria externa”. Para Lima, Menezes Junior e Rodrigues (2017, p. 6), tratamento diferenciado deve ser dado aos processos que são alvo de precedentes vinculantes, uma vez que eles “carecem de maior certeza sobre o seu resultado útil, por mais que os patronos da causa, aqueles que indicaram as chances de êxito, bem avaliem a situação processual”.

Em relação aos termos que supõem julgados anteriores, Barros e Bastos (2013) analisaram se o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fazem distinção dos termos “precedente”, “jurisprudência” e “*leading case*”, que possuem significados diferentes. A utilização equivocada dos termos provoca inconsistências na dogmática produzida. O termo “precedente” ocorre em uma decisão individualizada de um caso concreto e presta-se a predeterminar ou nortear futuros julgamentos idênticos. “Jurisprudência”, quando um conjunto de acórdãos sobre um mesmo tema são reiterados harmonicamente de um mesmo tribunal que reflete o entendimento de um tribunal sobre determinado assunto. A diferença dos termos reside entre uma decisão singular e um agrupamento de decisões. Por fim, o termo “*leading case*” é utilizado em decisões pioneiras que se tornam referência para solução de casos similares.

Os resultados mostram que há falta de padronização no uso dos termos precedente, jurisprudência e *leading case* e que eles acabam todos sendo utilizados para referenciar “julgado anterior”, provocando confusões e dificuldades na argumentação jurídica (BARROS; BASTOS, 2013).

De modo geral, as provisões e os passivos contingentes relacionados aos processos administrativos, judiciais e arbitrais são analisados primeiramente por advogados que, com o conhecimento técnico jurídico, avaliam os riscos das perdas judiciais. Este relatório é enviado ao gestor e ao contador da empresa, que o avaliam, sendo encaminhado posteriormente à auditoria externa, que efetua suas inferências contábeis.

Com as discussões e os apontamentos de todos estes grupos, a decisão é tomada pelo gestor da companhia, que elabora critérios de análise. Na Seção 2.2 serão discutidas as provisões e os passivos contingentes.

2.2 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A convergência para as normas internacionais é considerada uma das maiores mudanças ocorridas na contabilidade brasileira, iniciada pela Lei nº 6.404/76 (SALOTTI et al., 2015). O processo partiu das *International Financial Reporting Standard* (IFRS), que formam os pronunciamentos internacionais sobre contabilidade revisados e divulgados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são os responsáveis pela tradução e publicação das IFRS tendo por objetivo a divulgação de informações uniformes e equânimes, havendo iniciado sua incorporação por meio da Lei nº 11.638/2007 alterada pela Medida Provisória nº 449/2008 (LOSEKANN et al., 2016).

Visando aos padrões internacionais das normas em contabilidade, a Resolução CFC nº 1.055/2005 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com a intenção de que este processo reduza os riscos em investimentos internacionais, facilite a linguagem dos negócios entre os países e de que haja a redução do custo de capital decorrente da harmonização. Sendo assim, o objetivo do CPC é estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre fatos contábeis (RESOLUÇÃO CFC nº 1.055/05).

Além da emissão dos Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade que buscam facilitar a compreensão das novas normas, o profissional contábil adota nova postura, incentivada especialmente pela mudança de uma contabilidade regida por regras por uma que segue princípios (SALOTTI et al., 2015). Antes mero executor de normas, o contador tem papel fundamental no reconhecimento e mensuração das rubricas dos demonstrativos contábeis, já que as normas internacionais estão cerceadas de julgamentos. Losekann et al. (2016) apontam esse julgamento como gestão de riscos ocultos e adequação de capital.

O CPC 25 (2009) discute as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, que possuem correlação com as normas internacionais de contabilidade – IAS 37. Possui como objetivo esclarecer os critérios de reconhecimento e bases de mensuração do referido assunto, assim como sua divulgação em notas explicativas, de modo que os usuários compreendam a sua natureza, oportunidade e valor. Para

Gonzalez e Silva (2016), o correto dimensionamento dos riscos legais formado pela divulgação do impacto financeiro das provisões e pela composição das contingências atende aos preceitos das melhores práticas de governança corporativa ao permitir apreciação adequada do estado do negócio. Apresentam-se no Quadro 1 os principais conceitos dos elementos do CPC 25 (2009), exceto pelo ativo contingente, que não é escopo desta pesquisa.

Quadro 1 - Conceito de passivo, provisões e passivos contingentes

Provisão	É um passivo de prazo ou de valor incertos.
Passivo	É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
Passivo Contingente	<p>a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou</p> <p>b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Fonte: adaptado do CPC 25 (2009), itens 1, 2 e 3.

O termo “eventos” a que o CPC 25 (2009) se refere é aquele que cria uma obrigação legal ou não formalizada. Neste caso, a entidade não tem alternativa senão liquidar a obrigação. De forma simplificada, a obrigação legal é a que deriva de contrato, legislação ou outra ação da lei; e obrigação não formalizada é aquela cuja ação implícita ou explícita da entidade comunica aos usuários suas responsabilidades, criando expectativas e tendo que as cumprir em decorrência de suas declarações ou ações (CPC 25, 2009).

Apesar de as empresas utilizarem de forma inadequada o termo “provisões” em suas demonstrações contábeis ao relacioná-lo às contas a pagar e aos passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), tem-se que saber que essas contas são genuínos passivos por atenderem às premissas elencadas no Quadro 1 e diferirem do que está especificado como provisão. Embora seja necessário estimar o valor ou prazo dos *accruals*, é notável a menor dimensão entre estes e as provisões (CPC 25, 2009).

Para a provisão ser reconhecida, a entidade tem de atender a três critérios: ter uma obrigação presente como resultado de evento passado; que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e seja feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (CPC 25, 2009). De modo a respeitar as regras supracitadas, deve-se entender que a obrigação presente decorre de um evento passado, porém ocorrem casos em que não é possível distinguir esse evento com facilidade, como no caso dos processos judiciais em que está em discussão se aquele evento ocorreu ou se resultou em obrigação presente. Nesses casos, as evidências são fundamentais para determinar se o evento provoca ou não uma obrigação presente, podendo ser a opinião de um perito (CPC 25, 2009), que é opinião técnica de consultores jurídicos, auditores e contadores (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFFORT, 2013).

Os eventos passados estão relacionados à geração da obrigação presente. Portanto, a obrigação presente ocorre quando a entidade não possui alternativas realistas senão liquidar a obrigação criada pelo evento, sendo considerada a data de fechamento do balanço o período de análise de tal conduta (CPC 25, 2009).

Quanto à saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos, deve-se enfatizar o termo “provável”, pois para este pronunciamento, além de haver uma obrigação presente, a saída de recurso tem de ser provável, e isso existe quando há maior probabilidade de ocorrer um evento do que não ocorrer (CPC 25, 2009).

Por fim, a estimativa confiável da obrigação não prejudica a confiabilidade das demonstrações contábeis uma vez que a entidade tem condições de montar as possibilidades de ocorrência e, assim, fazer uma estimativa da obrigação (CPC 25, 2009).

Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas sim nas notas explicativas, se não forem remotas as chances de perda do evento. Por serem incertos, os passivos contingentes devem ser regularmente verificados para que possa ser feita a mudança de estimativa no período em que se tenha percebido novas evidências que o tornam uma provisão (CPC 25, 2009).

A mensuração deve atender a cinco critérios: melhor estimativa, risco e incerteza, valor presente, evento futuro e alienação esperada de ativo. A melhor estimativa é aquela realizada pela entidade por meio de: julgamento da administração e experiência de transações parecidas e em algumas situações, relatórios de peritos independentes que estime o quanto precise desembolsar para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Os riscos e incertezas estão relacionados à variabilidade dos riscos, porém a entidade não deve superavaliar ou subavaliar quaisquer

contas, sendo importante estimar a realidade da obrigação (CPC 25, 2009).

Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) explicam que o julgamento de ocorrência de desembolsos de caixa está diretamente relacionado com a documentação interna da empresa e que especificamente os processos judiciais tributários dependem de laudo emitido pelos advogados no qual constará valores, prazos e probabilidade de perda. Os autores reforçam que, no entanto, a aprovação final passa pelo crivo das empresas de auditoria externa.

O valor presente dos desembolsos exigidos faz-se necessário para manter o valor do dinheiro no tempo, nas circunstâncias em que este efeito seja material. Os eventos futuros devem ser considerados no momento de mensurar o valor quando puderem afetar de forma objetiva o valor da provisão. E, por fim, não devem ser considerados os ganhos na provisão da alienação esperada dos ativos (CPC 25, 2009).

Nos casos em que parte da provisão pertence a uma outra entidade, pode ser reconhecido o desembolso, que deverá ser tratado com ativo e baixado apenas quando efetivamente recebido, não podendo ultrapassar o valor da provisão (CPC 25, 2009).

A mudança na provisão deve ser realizada sempre que houver mudanças na estimativa da reavaliação realizada no fechamento do balanço. Nesses casos, uma provisão pode tornar-se passivo contingente ou vice e versa (LEMES; CARVALHO, 2010; GONZALEZ; SILVA FILHO, 2016). A assessoria jurídica é imprescindível para o correto reconhecimento dos riscos (GONZALEZ; SILVA FILHO, 2016). É importante ressaltar que cada provisão tem sua destinação e não é possível utilizar um valor de uma provisão para suprir outro evento. Tal situação mascararia o impacto desses eventos (CPC 25, 2009).

Quanto à divulgação, Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) reforçam a importância das notas explicativas para a transparência ao mercado dos julgamentos referentes às provisões e aos passivos contingentes, haja vista que, nos casos de mudança de estimativa, os usuários poderão se antever aos riscos. No momento de evidenciar as informações, é importante que os semelhantes possam ser agregados para formar uma única classe, por exemplo, garantias de produtos diferentes. O que não pode ocorrer é agregar garantias normais com processos judiciais (CPC 25, 2009).

Dado o contexto normativo, a seção 2.3 discutirá os pressupostos da formulação das hipóteses de pesquisa.

2.3 PRESSUPOSTOS NA FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

As seções 2.3.1 e 2.3.2 apresentam as discussões das características das empresas e características dos processos que podem afetar a mudança de probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras.

2.3.1 Características das empresas

2.3.1.1 Governança Corporativa

Em 1976, Jensen e Meckling abordaram os conflitos de agência nas organizações decorrentes da separação entre propriedade e gestão das companhias. Seus argumentos que deram origem à Teoria da Firma ou Teoria Agente-Principal sugerem que o gestor contratado priorizará seus interesses, que são contrários aos dos donos (acionistas) do negócio e aos dos interessados à empresa no geral, para que possam maximizar, por exemplo, sua remuneração, estabilidade ou poder (JENSEN; MECKLING, 1976). Para dismantelar este processo de benefícios próprios e priorizar o sucesso da empresa, foi necessária a adoção de práticas de monitoramento, controle e divulgação de informações, que foram chamadas de governança corporativa (JENSEN; MECKLING, 1976).

O destaque para a governança corporativa ocorreu após escândalos empresariais e apresentou-se como importante conjunto de ferramentas na mitigação de fraudes ou manipulações. Porém, a iniciativa da utilização dessas ferramentas partiu da evolução da estrutura de propriedade com a dispersão de proprietários (IBGC, 2017). As características da Governança Corporativa são instituídas por cada país com base em seu ambiente social, econômico, corporativo e regulatório (IBGC, 2017).

No Brasil, o mercado de ações é de responsabilidade da CVM, instituída pela Lei nº 6.385/76, sendo primordial para definição de regras e supervisão da atuação das empresas de capital aberto e suas operações. Possui um conjunto de objetivos do qual Gonzales e Silva (2016, p. 24) destacam os seguintes: “i) coibir fraudes; ii) assegurar acesso do público às informações acerca dos valores negociados e iii) resguardar a equidade nas práticas comerciais realizadas”. Os autores relacionam tais princípios ao amadurecimento de boas práticas de governança corporativa que tem

como premissa a preservação e otimização do valor da companhia, bem como a continuidade delas (GONZALES; SILVA, 2016).

Silveira e Barros (2008) analisaram os determinantes da governança corporativa. Os principais resultados mostram que quanto maior o poder do acionista controlador, pior a qualidade da governança corporativa e, ainda, que empresas maiores, emissoras de ADRs e com melhor desempenho apresentam os melhores níveis de governança corporativa. Na pesquisa, o nível de governança das empresas não foi influenciado pela adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa. Antunes e Mendonça (2008) encontraram resultados semelhantes no tocante aos níveis de governança corporativa ao verificarem que os níveis diferenciados não afetam significativamente a qualidade da informação contábil.

No entanto, tendo em vista que a B3 elaborou critérios por meio de níveis para evidenciar a governança corporativa de modo a buscar a transparência e a qualidade das informações junto aos *stakeholders*, presume-se que haja a preocupação de reavaliar atenciosamente os processos judiciais de modo a verificar se permanecem as estimativas de a mudança de perda que outrora foram aplicados. Deste modo, em relação à probabilidade de perda dos processos judiciais, a Hipótese 1 pretende verificar se:

H1: Participar do novo mercado está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.1.2 Internacionalização e ADR

Quanto à visibilidade externa, as empresas brasileiras que optam em emitir *American Depositary Receipts* (ADRs) passam a cumprir regulamentos diferenciados e rigorosos impostos pela *Securities and Exchange Commission* (SEC). Esta maior quantidade de informações reduz a assimetria informacional entre as empresas e seus investidores (RODRIGUES; GALDI, 2017). Participar do mercado americano é uma opção para as empresas brasileiras por este se tratar de um ambiente de maior liquidez, com investidores diversificados, com bom ambiente regulatório e que representa 27% do mercado consumidor mundial. A NYSE é a bolsa dos EUA procurada por 90% das listagens mundiais (NYSE, 2017).

Castro, Vieira e Pinheiro (2015) analisaram as diferenças na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam ações na B3 e na NYSE concomitantemente. Os resultados

sugerem que a quantidade de contingências, nível de detalhamento e a completude das informações são mais adequadas no Relatório 20F, evidenciando a assimetria das informações divulgadas entre os países, ainda que de uma mesma empresa.

Essa divulgação pode ser diferenciada porque os interesses de investidores podem divergir de acordo com as características de cada mercado. Os Fundos de Investimento, de acordo com Piccioni, Sheng e Lora (2012), cresceram 108% desde o início da década apoiados pelo maior fluxo de capital estrangeiro e melhor ambiente econômico. Covrig, Lau e Ng (2006) analisaram as diferenças entre as preferências para adquirir ações entre gestores de fundos nacionais e estrangeiros de países desenvolvidos. Em ambos os casos, há propensão para ações que possuam alto retorno e baixa variabilidade de retorno sobre o patrimônio líquido. Os gestores domésticos se interessam por empresas que pagam dividendos, apresentam pouca dificuldade financeira e têm potencial de crescimento. Já os gestores estrangeiros direcionam o foco para empresas globalmente conhecidas, sendo este comportamento incentivado quando o fundo atende de forma global ou em diversas regiões.

Piccioni, Sheng e Lora (2012) testaram a hipótese de que gestores estrangeiros de fundos que investem na América Latina preferem empresas que possuam um maior nível de visibilidade para reduzir a assimetria de informação. As variáveis significativas foram listagem internacional (ADRs), cobertura de analistas e exportação. Indica-se ainda que os gestores nacionais se comportam de forma diferente ao discutido, uma vez que estendem suas opções para um portfólio de mercado.

Tendo por base o estudo de Piccioni, Sheng e Lora (2012), Santana (2013) partiu da premissa de que companhias mais internacionalizadas são mais sofisticadas, e buscou identificar a utilização das operações *off-balance sheet* pelas empresas brasileiras e, também, verificar se o índice de transnacionalidade influencia na decisão do uso dessas operações. Para analisar este efeito, foi utilizado o *Ranking* da Fundação Dom Cabral (FDC) das multinacionais brasileiras considerando duas variáveis: a presença ou não da empresa no *ranking* e a classificação no *ranking* que foi dividida por quartis. Os resultados indicam que, de fato, as empresas internacionalizadas são as que utilizam mais operações *off-balance sheet*, especialmente as que despontam nas primeiras posições do *ranking*, ou seja, as mais internacionalizadas.

O *ranking* da Fundação Dom Cabral classifica “as empresas que se expandem por meio de investimentos diretos no exterior utilizando o índice de transnacionalidade criado pela UNCTAD” (FDC, 2016, p.16).

Segue a equação do cálculo do índice de internacionalização de multinacionais:

$$I.I.M = (A.E/A.T + R.E/R.T + F.E/F.T) / 3(1)$$

Em que:

I.I.M - Índice de Internacionalização de multinacionais

A.E - Ativos no exterior

A.T - Ativos totais

R.E - Receitas no exterior

R.T - Receitas totais

F.E - Funcionários no exterior

F.T - Funcionários totais

A multidimensionalidade do índice proporciona comparações entre setores diferentes em razão de cada setor demandar variadas formas de inserção no exterior. Além disso, por basear-se no índice de transnacionalidade criado pela UNCTAD, facilita a comparação com as empresas brasileiras (FDC, 2016).

Independentemente da preferência do investidor, ou do rigor das normas a que as demonstrações contábeis das empresas estão submetidas, a empresa deve considerar a omissão material ou incorreção material, que “é a omissão ou a informação incorreta que puder, individual ou coletivamente, influenciar as decisões econômicas que os usuários das demonstrações contábeis tomam com base nessas demonstrações” (CPC 23, 2009, p.2). O requerido pronunciamento afirma ainda que “a materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou da informação incorreta julgada à luz das circunstâncias às quais está sujeita. A dimensão ou a natureza do item, ou a combinação de ambas, pode ser o fator determinante” (CPC 23, 2009, p. 2).

Considerando que, de modo geral, a visibilidade internacional é uma característica que direta ou indiretamente afeta o posicionamento dos investidores, elabora-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2a: A emissão de ADRs está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

Ao considerar a visibilidade internacional, o *ranking* da Fundação Dom Cabral analisa pontos diferentes das ADRs e, portanto, elaborou-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2b: O índice de internacionalização está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.1.3 Setor Regulado

Os setores regulados possuem regras específicas de evidenciação que sugerem um maior nível informacional e menor risco (MOREIRA, 2013). Prado (2014) buscou identificar o comportamento da evidenciação dos riscos potenciais no que tange às informações de provisões e passivos contingentes. A amostra do estudo foram as empresas de energia elétrica, sendo analisados os demonstrativos contábeis de 2002, 2006, 2010 e 2012. O critério de escolha baseou-se nas características dessas empresas, especialmente pelo cenário em que elas se encontram de modernização da regulamentação contábil que ocorreu durante o processo de privatização das empresas estatais e de adoção de normas internacionais específicas para os demonstrativos contábeis.

Prado (2014) citou como um dos principais resultados o fato de que as empresas desse setor apresentaram uma curva de aprendizagem de acordo com a evolução da legislação aplicável imposta pela agência reguladora ANEEL, passando a divulgar um maior volume de informações no decorrer do tempo. Sendo assim, a regulação pode ser uma motivação para a mudança da probabilidade de perda dos processos, já que por imposição das agências reguladoras, as empresas têm de apresentar suas informações o mais fidedignamente possível sob pena de multas.

Contudo, não é possível regular o julgamento dos gestores e, portanto, deve-se testar esta relação com a chance de perda:

H3: Pertencer a setores regulados está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.1.4 Auditoria

Em relação à influência das empresas de auditoria, deve-se lembrar primeiramente que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, aprovada pela Resolução 1374/11, reflete sobre a importância das características qualitativas da informação

contábil-financeira, especialmente a relevância e representação fidedigna, para atender com segurança às necessidades dos *stakeholders*.

Franco e Marra (2009) explicam que a auditoria tem por objetivo verificar se as demonstrações atendem às normas e princípios contábeis de modo a certificar aos usuários da informação a posição patrimonial e financeira da empresa. Souza (2011) menciona que, na auditoria, o grupo seletivo das quatro maiores empresas conhecidas como as *big four* por representarem padrões de excelência são: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Almeida e Almeida (2009) analisaram o efeito das *big four* e das demais firmas de auditoria na mitigação das práticas de *earnings management* das companhias brasileiras com ações negociadas na Bovespa. A metodologia empregada foi o modelo KS (1995) com técnica de variáveis instrumentais e a diferença entre os agrupamentos de auditoria foi realizada por testes não paramétricos. Os resultados apontaram menor grau de *accruals* discricionários nas empresas auditadas por uma *big four*.

Porém, Velozo (2013) constatou que as empresas de auditoria *big four* auditam 94% das 100 maiores empresas brasileiras considerando as vendas líquidas. Jesus e Souza (2016) simularam o reconhecimento de passivos contingentes como provisão e analisaram os impactos na situação econômica das empresas auditadas por *big four*. A amostra é intencional e reflete em 50 empresas que apresentam passivos contingentes e são auditadas por *big four*. Entre essas empresas, 10 apresentavam prejuízo e nenhuma possuía passivo a descoberto. Após a simulação, 30 empresas passaram a apresentar prejuízo e três, passivo a descoberto. Os autores verificaram que 60% das empresas da amostra teriam seus lucros reduzidos em 100%.

Jesus e Souza (2016) também compararam o nível de *disclosure* dos passivos contingentes entre as empresas auditadas por *big four*, delimitando por empresa. Entre os principais resultados, a pesquisa mostra que as empresas auditadas pela PricewaterhouseCoopers são as que mais atendem aos dispositivos do CPC 25 (2009). Mais especificamente por métrica evidenciada, tem-se que as auditadas pela PricewaterhouseCoopers são as que explicam detalhadamente as ocorrências de cada passivo contingente; as empresas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu e pela KPMG divulgaram melhor as incertezas sobre datas e valores; e as empresas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu e pela PwC foram as únicas a divulgarem sobre a possibilidade de reembolso.

Nota-se, portanto, que, como as maiores empresas são auditadas por *big four*, não se teria como analisar uma variabilidade no resultado na amostra desta pesquisa. Porém, o estudo de Jesus e Souza (2016) suscitou a seguinte dúvida: se cada empresa de auditoria evidencia melhores itens específicos do CPC 25 (2009), será que a troca de empresa de auditoria poderia influenciar na mudança da probabilidade de perda dos processos judiciais? Tendo em vista as especificidades de cada empresa e o poder de julgamento inerente da profissão, elabora-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H4: A troca de empresa de auditoria está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.1.5 Variação do Resultado

Os estudos de Poeta (2012), Rosa (2014) e Losekann et al. (2016) refletem sobre a possibilidade de gerenciamento de resultados ou inconstâncias na interpretação das normas que possuem características subjetivas. Sendo assim, é importante testar se a variação do resultado das empresas implica medida favorável para a mudança na probabilidade de perda dos processos.

Empresas com prejuízos no ano anterior poderiam buscar reverter provisões para melhorar o resultado da companhia. Ou a depender do ano, se época de recessão ou não, resultado acima da média pode suscitar a ideia de identificar mais valores a serem provisionados como forma de planejamento tributário. Desta forma, elabora-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H5: A variação no resultado está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.1.6 Tamanho

Em relação ao tamanho da empresa, Firth (1979) discutiu sobre as razões que conduzem as maiores empresas a divulgarem mais informações financeiras. O primeiro ponto está relacionado com o custo da informação. Para externalizar a informação, é necessário, antes, o monitoramento das informações no ambiente interno, e normalmente as grandes empresas não se importam com esse custo extra. Cormier, Magnan e Van Velthoven (2011) reforçam tal ideia ao mencionar que empresas mais rentáveis desfrutam de maior transparência.

Para Firth (1979), o segundo ponto é que as maiores empresas normalmente estão listadas em bolsa de valores, o que facilita o financiamento das empresas, e se elas dependem deste mercado, há o interesse em divulgar mais informações em seus relatórios anuais. Já as empresas menores sentem-se em desvantagem competitiva com divulgações de suas atividades por terem empresas grandes como seus concorrentes. Em suma, as grandes empresas buscam a atenção dos *stakeholders*, incluindo o interesse do Governo, para minimizar as críticas públicas ou intervenção do governo nos seus negócios.

Sendo assim, se as empresas maiores procuram evidenciar mais informações, é possível que tenham a preocupação de avaliar e reavaliar suas provisões e passivos contingentes, enumerando as mudanças na chance de perda sempre que necessário, incitando a seguinte hipótese de pesquisa:

H6: O tamanho da empresa está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.2 Características dos processos

2.3.2.1 Tipo de Processo

As variáveis relacionadas aos processos dizem respeito àquelas inerentes à disputa judicial, ao documento e à tramitação. Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) analisaram o contexto da legislação tributária no Brasil, e refletem sobre as disputas judiciais decorrentes de leis inconstitucionais, tornando os processos onerosos e demorados. Esses processos são classificados conforme sua natureza, tais como: tributária/ fiscal, trabalhista, cível, ambiental, entre outros (JESUS; SOUZA, 2016; MARAGNO; BORBA, 2016), e a mudança na probabilidade de perda ocorre de forma diversificada. Em dados preliminares, Ferreira et al. (2017) notaram que os processos tributários e os cíveis são os que mais modificam a probabilidade de perda dos processos. Os autores estudaram o setor não cíclico e observaram que o subsector de alimentos processados é responsável por 28,79% das mudanças na chance de perda seguido do subsector de serviços médicos hospitalares, análises e diagnósticos, com 21,21%. Porém, não foram realizadas inferências que possam explicar o motivo da ocorrência da mudança na chance de perda.

Há evidências, pelo estudo supracitado, de que há possibilidade de que a natureza dos processos possa influenciar na efetiva mudança da probabilidade de perda. Foram elaboradas as seguintes hipóteses

segregadas, sendo que os processos classificados como “outros” serviram como base:

H7a: O tipo de processo trabalhista está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H7b: O tipo de processo tributária está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H7c: O tipo de processo ambiental está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H7d: O tipo de processo cível está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H7e: O tipo de processo regulatório está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.2.2 Valor do Processo

Em dados preliminares, Ferreira et al. (2017) também apuraram a diferença de valores por tipo de processo por ano de 2010 a 2015. Os maiores valores registrados foram encontrados nas contingências tributárias, sendo o subsetor de alimentos processados o número 1 do *ranking*. Gleason e Mills (2002) verificaram que a probabilidade de divulgação da contingência tributária aumenta quando esta representa um grande valor envolvido, e que os valores considerados imateriais não são apontados, independentemente da sua probabilidade de perda. Hennes (2013) analisou o mesmo, porém sob a perspectiva da contingência trabalhista, e verificou que quanto maior a probabilidade de perda e os valores envolvidos, maiores são as divulgações qualitativas. Sendo assim, quanto maior o volume de recursos solicitados em uma ação, maior será a persistência da equipe jurídica para ganhar a ação, devido ao impacto na empresa. Desta forma, elabora-se a seguinte hipótese:

H8: O valor envolvido no processo está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.2.3 Tempo do Processo

Nota-se, ainda, que quanto maior o tempo da ação, maiores são as chances de mudança na probabilidade de perda. Ao analisar a perspectiva de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) sobre o sistema judiciário, nota-se que as lacunas na legislação permitem longos processos a que as empresas recorrem inúmeras vezes, e postergam o resultado da ação por longos períodos, administrando os recursos da companhia por meio destes artifícios judiciais. Deste modo, considera-se que o tempo influencia na mudança da probabilidade de perda dos processos, sendo que, quanto maior o tempo de início do processo, maior a chance de alterar a chance de perda. Tem-se, assim, a seguinte hipótese:

H9: O tempo decorrido do processo está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.2.4 Materialidade

Gleason e Mills (2002) investigaram os fatores considerados pelas empresas para divulgar e registrar contingências tributárias com base em dados da auditoria e notas explicativas das 100 maiores empresas industriais do período entre 1987 e 1995. Os resultados mostram que a probabilidade de divulgação da contingência aumenta quando esta representa um grande valor envolvido, e que os valores considerados imateriais não são apontados, independentemente da sua probabilidade de perda. Além disso, os autores notaram que as empresas que possuem mais litígios são mais propensas a divulgar as contingências tributárias.

Hennes (2013), ao analisar se a divulgação de contingências trabalhistas fornece avaliações úteis aos *stakeholders*, verificou que as empresas divulgam mais informações qualitativas do que quantitativas, especialmente nos litígios em que há maior probabilidade de perda ou que envolva maiores valores. As contingências divulgadas consideradas materiais pelas empresas têm por premissa a probabilidade de perda real, ou seja, não trivial. O pesquisador concluiu que há forte resistência das empresas na publicação de contingências quantitativas, mas sugere que o SFAS 5 fortificou a divulgação de informações qualitativas úteis para avaliar as perdas contingenciais.

Hennes (2013) analisou dados de 1996 a 2010 e sugere que as empresas têm divulgado processos trabalhistas específicos no início do processo de litígio. Sobre o valor envolvido no litígio, 31% divulgam a quantia em dólares, 20% relatam expressamente que não há como especificar o valor e as 49% restantes não se pronunciaram sobre o valor da reivindicação. Dos casos em que o valor foi divulgado, a perda real

realizada é na média de 11%, com variação entre 0% a 124%, da quantidade da reivindicação divulgada, o que mostra que a empresa pouco divulga essas informações por meio de números e, portanto, faz pouco para aperfeiçoar as expectativas dos investidores.

Quanto ao tempo dos processos trabalhistas, Hennes (2013) constatou uma média de 2,3 anos para resolução do caso, com variação entre menos de um e mais de vinte anos de duração. Quanto à resolução dos casos, seja ganhar, perder ou outro procedimento, a pesquisa indicou que esta ocorre no período subsequente ao da divulgação à SEC. Os valores médios pagos considerando a amostra geral estão entre 0,9% dos ativos totais ou 21% do lucro líquido. Após retirar os casos de demissões e veredictos favoráveis, este valor passa a representar 1,3% dos ativos totais ou 29% do lucro líquido. Algumas empresas têm perdas materiais de mais de 30% dos ativos totais, em casos extremos, o que suscita a discussão sobre a importância da divulgação das perdas potenciais das contingências passivas.

Na amostra de empresas com processos trabalhistas estudada por Hennes (2013, p. 16), “19,34% possuem provisão; 21,23% não estimam o valor da perda; 39,62% alertam sobre a perda material dos processos; 31,60% sugerem probabilidade de perda remota; 69,81% têm pareceres favoráveis; 16,51% têm potencial de resolução e 33,02% têm advertência adicional”.

No cenário brasileiro, as empresas identificam no F.R. no item 4 os riscos decorrentes dos processos judiciais. Especificam, ainda, se o valor envolvido no processo terá impactos financeiros relevantes na companhia, ou seja, se o desembolso futuro é material. Para verificar se a materialidade influencia na mudança da probabilidade de perda dos processos das empresas brasileiras, apresenta-se a seguinte hipótese:

H10: A materialidade financeira do processo está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

2.3.2.5 Instâncias

Há instâncias em cada esfera de discussão processual seja administrativa, judicial, seja arbitral, que denotam o estágio em que o processo se encontra, e decisões parciais ou finais. Na primeira instância esta ação começa a ser trabalhada e, portanto, com poucas expectativas de encerramento. Em estágios intermediários, como as instâncias 2 e 3, as expectativas do tratamento do assunto discutido passam a mudar,

especialmente depois da decisão anterior de êxito ou perda. E, em estágios mais elevados, como em instâncias superiores, todos os argumentos já foram alocados ao processo, restando apenas a decisão final do juiz. Neste momento, os gestores têm noção do resultado e apenas aguardam o resultado final do processo, sem maiores expectativas de que ocorra uma mudança radical do andamento do processo. Considerando esses aspectos, elaboram-se as seguintes hipóteses de pesquisa, sendo as instâncias classificadas como “outros” a base das hipóteses:

H11a: Processo em 1ª instância está relacionado negativamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H11b: Processo em instância superior está relacionado negativamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

Já para as instâncias intermediárias, as hipóteses de pesquisa são:

H11c: Processo em 2º instância está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

H11d: Processo em 3º instância está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada nesta pesquisa tem tipologia empírico-positivista com abordagem funcionalista. Como estratégia, utiliza o levantamento por se tratar de pesquisa que busca explicar a relação das características das empresas e dos processos que influenciam na mudança da probabilidade de perda dos processos judiciais que ocorrem de forma natural no contexto empresarial por meio de uma sistemática coleta de dados. Adotou-se a pesquisa documental. Já as avaliações serão predominantemente quantitativas por tratar os dados por meio de estatística descritiva e inferencial (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

3.1 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra a ser pesquisada pertence à população das empresas listadas na BM&FBovespa, sendo selecionadas empresas que possuem volume significativo de divulgação de provisões e contingências passivas. Segundo Rosa (2014), entre os setores da BM&FBovespa que mais divulgam essas informações, considerando a média dos itens, estão: Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Consumo Não Cíclico e Utilidade Pública, que mantêm média acima de 9,2% como percentual de evidenciação. A Tabela 1 apresenta a amostra da pesquisa por setor.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa

Empresas a analisar	Quantidade de empresas
(+) Setor Petróleo, Gás e Bicomustíveis	11
(+) Setor Consumo Não Cíclico	24
(+) Setor Utilidade Pública	24
Total de empresas a serem analisadas	59

Fonte: B3 (2017).

Para evitar discrepâncias entre os setores na análise estatística, optou-se por igualar a quantidade de empresas entre os setores de consumo não cíclico e utilidade pública. O setor de petróleo, gás e biocombustíveis está contemplado integralmente. Foram excluídas da amostra, as empresas que eram BDRs e que, portanto, não eram brasileiras e não apresentavam as demonstrações contábeis e demais relatórios.

As empresas que compõem a amostra descrita na Tabela 1 constam do Apêndice.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para categorizar os processos divulgados pelas empresas listadas na B3, estabelece-se como período de análise o início da divulgação dos F.R., o ano de 2010 até o ano de 2016. Esse documento foi escolhido como ferramenta desta pesquisa por descrever os processos das companhias. A Instrução CVM 480 de 07/12/2009 e suas alterações determinam que o F.R. deva ser entregue pelo emissor em até cinco meses da data do encerramento do exercício social. Sua divulgação é obrigatória, salvo exceções como emissores em recuperação judicial. A Tabela 2 apresenta do item 4.3 ao 4.7 do F.R. que relaciona os Fatores de Risco. Os demais itens associados aos fatores de risco não estão direcionados na apresentação dos processos e, por este motivo, não serão contemplados nesta pesquisa.

Tabela 2 - Itens do Formulário de Referência utilizados na pesquisa

Item do F.R.	Especificação do item
4.3	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes.
4.4	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.
4.5	Processos sigilosos relevantes.
4.6	Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.
4.7	Outras contingências relevantes.

Fonte: B3 (2017).

Os itens a serem coletados do Item 4 – Fatores de Riscos são: ano do F.R., nº do processo; parte processual; instância do processo, valor envolvido e valor provisionado; chance de perda; ano de início e materialidade. Importante destacar algumas características encontradas nos processos observadas durante a coleta de dados.

Os números dos processos não são inteiramente padronizados pelas empresas, sendo que, do ano de 2010 a 2013, observou-se a adaptação aos F.R., já que as empresas, pelo menos uma parte delas, nomeavam os processos em vez de adicionar o número. Em relação à parte processual, percebeu-se que algumas empresas não identificaram de forma clara se eram as autoras ou rés de determinado processo, sendo necessária a leitura do conteúdo do processo para realizar a identificação em grande parte dos casos.

As instâncias foram tabuladas de forma a agregar na classificação de instâncias superiores, todos os processos que já passaram do nível 1 ao 3, e em outros quando as empresas informavam como instância qualquer outra informação que não tratava efetivamente de instâncias dos processos em âmbito administrativo, judicial ou arbitral.

Quanto aos valores envolvidos no processo notaram-se diferentes formas de apresentá-los entre as empresas e entre os processos de uma mesma empresa, sendo observada, assim, a falta de padronização das informações descritas nos F.R. Grande parte das empresas não estimou o valor do processo, assim como não manteve um padrão em apresentar valores históricos ou atualizados. Quanto aos valores provisionados, observou-se que eles ocorriam em todas as classificações de chance de perda, e em montantes diferentes aos da ação.

Foi constatado nas classificações de chance de perda, que algumas empresas optaram por classificações próprias, como ativo, muito provável, nenhum risco, não aplicável, improvável, ou até substituíram essas classificações por informações do término do processo, como no caso da empresa Pet Manguinhos. Referentemente à data de início dos processos, foram encontradas divergências entre um mesmo processo, e outras optaram em divulgar apenas o ano, ou mês e ano. Para esses casos, na análise quantitativa foi considerado 1º de janeiro daquele ano. Outros processos não informaram a data de instauração e foram tabulados como zero ano.

Em relação à materialidade, na parte descritiva qualitativa optou-se por categorizá-la em financeira, operacional, imagem, outro, pouco significativo ou inexistente e não informado para melhor compreensão. No entanto, para a análise quantitativa, testou-se apenas a materialidade financeira.

Para realizar as análises descritivas qualitativas, optou-se por tabular os processos considerando o valor evidenciado por chance de perda. Por exemplo, no processo 12345, foram informadas duas chances de perda, sendo que há risco de perda remota para R\$ 5.000.000,00 e de perda provável no valor de R\$ 500.000,00. Neste caso foram adicionadas duas linhas para o processo 12345 para evidenciar esta diferença. Nas Tabelas 10 e 11, no item processos totais, essa informação deve ser considerada.

Os processos que não possuem número de processo e probabilidade de perda; e que não aparecem ao menos em dois anos serão descartados da análise quantitativa por não ser possível identificar tais itens repetidamente nos anos e por não possuir possibilidade de ocorrência de mudança na probabilidade de perda respectivamente.

Contudo, essas informações são mantidas para a análise qualitativa dos processos quanto à qualidade da evidenciação desses processos.

Destaca-se, ainda, os processos que, apesar de divulgados em dois ou mais períodos, não apresentam a chance de perda em todos os anos. Nestes casos, por não ser possível identificar se a mudança da probabilidade de perda ocorreu, manteve-se a probabilidade do ano anterior. Porém, nos casos em que nenhuma chance de perda foi informada no processo nos anos em que ele apareceu, foi excluído da amostra para a análise quantitativa.

Para descrever as características dos processos judiciais relacionados às provisões e passivos contingentes evidenciados pelas empresas, as Tabelas 10 e 11 diferenciam a quantidade de processos totais que incluem todos os citados pelas empresas, os processos que apareceram nos F.R. em mais de um período e os processos que apresentaram mudanças de chance de perda por setor e subsetor, de modo que os *stakeholders* possam ter um panorama dos processos das empresas.

3.3 CONSTRUTOS DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

As informações coletadas nos F.R. foram tabuladas com suporte de planilhas do *software* Excel®. E foram identificados, na literatura, os possíveis fatores que influenciam na mudança da chance de perda dos processos. No Quadro 2 são apresentados os construtos norteadores da pesquisa.

Quadro 2 - Construtos norteadores da pesquisa

	Variável	Construtos	Proxy
Dependente	Mudança na chance de perda (MUDANCA) (dependente)	Processos que mudaram a chance de perda	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – processos não mudaram a chance de perda
Características das empresas	Governança Corporativa (GC) (explicativa)	Novo Mercado	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – não participa do Novo Mercado
	<i>American Depositary Receipts</i> (ADRs) (explicativa)	Está listado na Bolsa Nyse	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – não emite ADRs
		D=1 – emite ADRs	

	Índice de Internacionalização (INTERNAC) (explicativa)	Valor no <i>ranking</i> do Índice de Internacionalização da Fundação Dom Cabral	Índice de Internacionalização da Fundação Dom Cabral
	Regulação (REG) (explicativa)	Se a empresa é regulada por Lei específica	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – empresas não reguladas por órgão específico
			D=1 – empresas reguladas por órgão específico
	Auditoria (AUDIT) (explicativa)	Troca da empresa de auditoria	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – não trocou empresa de auditoria
			D=1 – trocou empresa de auditoria
	Variação no resultado do período (RESUL) (explicativa)	Variação do Resultado do período	(Resultado do período – provisão do ano) / Resultado do ano anterior)
	Tamanho (TAM) (explicativa)	Ativo Total (LN)	Logaritmo do ativo total
Características dos processos	Tipo (TRAB) (explicativa)	Classificação do processo fornecido pela empresa	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais tipos
			D=1 – tipo trabalhista
	Tipo (TRIB) (explicativa)	Classificação do processo fornecido pela empresa	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais tipos
			D=1 – tipo tributária
	Tipo (AMB) (explicativa)	Classificação do processo fornecido pela empresa	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais tipos
			D=1 – tipo ambiental
	Tipo (CIV) (explicativa)	Classificação do processo fornecido pela empresa	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais tipos
			D=1 – tipo cível
Tipo (REG) (explicativa)	Classificação do processo fornecido pela empresa	Variável <i>dummy</i>	
		D=0 – demais tipos	
		D=1 – tipo regulatória	

	Valor (VAL) (explicativa)	Valor do processo em R\$ (LN)	Logaritmo do valor do processo
	Tempo decorrido do processo (TEMPO) (explicativa)	Tempo em anos desde o início do processo	Tempo decorrido do processo
	Materialidade (MATERIAL) (explicativa)	Divulgação pela empresa sobre o impacto financeiro	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – não possui materialidade financeira
			D=1 – possui materialidade financeira
	1ª Instância (INST1) (explicativa)	Instância processual	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais instâncias
			D=1 – está em 1ª instância
	2ª Instância (INST2) (explicativa)	Instância processual	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais instâncias
			D=1 – está em 2ª instância
	3ª Instância (INST3) (explicativa)	Instância processual	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais instâncias
			D=1 – está em 3ª instância
	Instância Superior (INSTSUP) (explicativa)	Instância processual	Variável <i>dummy</i>
			D=0 – demais instâncias
			D=1 – está em instância superior

Fonte: Dados da pesquisa

Os construtos são necessários para as análises quantitativas, sendo apresentado o modelo na seção 3.4.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE

A coleta de dados contemplando as informações dos processos possibilita a utilização do modelo de regressão logística de dados em painel. Duarte, Lamounier e Takamatsu (2007, p.2) explicam que o modelo de dados em painel “consiste de observações de n entidades para dois ou mais períodos de tempo”. Fávero et al. (2009, p. 440) discutem a regressão logística como técnica para “descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e variáveis independentes métricas ou não métricas”. Além disso, na regressão logística há o “interesse em avaliar a probabilidade p de ocorrência de um determinado evento com base no comportamento de variáveis explicativas” (BELFIORE; FÁVERO, 2014).

Fávero et al. (2009) apontam as principais características da análise de dados em painel: maior número de observações; redução de problemas de multicolinearidade de variáveis explicativas e existência da dinâmica intertemporal entre as *cross-sections* e a série temporal. As abordagens mais comuns de dados em painel são: *pooled independente cross-sections*, efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Para definir o estimador da probabilidade dos dados mais adequado para regressão logística em painel, realizou-se o teste de Hausman para decidir entre os modelos aleatório ou fixo. Com o resultado de $\text{Prob} > \chi^2 = 0.0727$, a hipótese nula não é rejeitada, indicando o modelo aleatório como o mais adequado.

Assim, o modelo que tem por objetivo identificar as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras está descrito na equação 2:

$$\begin{aligned}
 \text{MUDANCA} = & \beta_0 + \beta_1 \text{GCdummy}_{it} + \beta_2 \text{ADR'sdummy}_{it} + \\
 & \beta_3 \text{INTERN}_{it} + \beta_4 \text{REG dummy}_{it} + \beta_5 \text{AUDIT dummy}_{it} + \\
 & \beta_6 \text{RESUL}_{it} + \beta_7 \text{TAM}_{it} + \beta_8 \text{TRABdummy}_{it} + \beta_9 \text{TRIBdummy}_{it} + \\
 & \beta_{10} \text{AMBdummy}_{it} + \beta_{11} \text{CIVdummy}_{it} + \beta_{12} \text{REGdummy}_{it} + \\
 & \beta_{13} \text{VAL}_{it} + \beta_{14} \text{TEMPO}_{it} + \beta_{15} \text{MATERIAL dummy}_{it} + \\
 & \beta_{16} \text{INST1 dummy}_{it} + \beta_{17} \text{INST2dummy}_{it} + \beta_{18} \text{INST3dummy}_{it} + \\
 & \beta_{19} \text{INSTSUPdummy}_{it} + \mu_{it} \quad (2)
 \end{aligned}$$

Onde:

MUDANCA: variável binária, na qual é atribuído 1 (um) quando o processo *i* muda a chance de perda dos processos judiciais relacionados às provisões e passivos contingentes no período *t*- e (0) zero quando não altera;

β_0 : Coeficiente da regressão;

GCdummy_{it}: variável independente binária dos níveis diferenciados da governança corporativa da empresa *i*, no período *t*;

ADRsdummy_{it}: variável independente binária da emissão de *American Depository Receipts* pela empresa *i*, no período *t*;

INTERN_{it}: variável independente do *ranking* do Índice de Internacionalização da Fundação Dom Cabral da empresa *i*, no período *t*;

REGdummy_{it}: variável independente da regulação da empresa *i*, no período *t*;

AUDITdummy_{it}: variável independente binária da troca da empresa de auditoria da empresa *i*, no período *t*;

RESULT_{it}: variável independente da variação do resultado da empresa *i*, no período *t*;

TAM_{it}: variável Independente Ln do tamanho da empresa i, no período t;
TRAB**dummy**_{it}: variável independente binária do tipo de processo trabalhista da empresa i, no período t;
TRIB**dummy**_{it}: variável independente binária do tipo de processo tributário da empresa i, no período t;
AMB**dummy**_{it}: variável independente binária do tipo de processo ambiental da empresa i, no período t;
CIV**dummy**_{it}: variável independente binária do tipo de processo cível da empresa i, no período t;
REG**dummy**_{it}: variável independente binária do tipo de processo regulatório da empresa i, no período t;
VALOR_{it}: variável Independente do valor do processo i, no período t;
TEMPO_{it}: variável Independente que indica o tempo decorrido do processo i, no período t;
MATERIAL**dummy**_{it}: variável Independente binária que indica a materialidade financeira do processo indicada pela empresa i, no período t;
INST1**dummy**_{it}: variável independente binária do processo em 1ª instância da empresa i, no período t;
INST2**dummy**_{it}: variável independente binária do processo em 2ª instância da empresa i, no período t;
INST3**dummy**_{it}: variável independente binária do processo em 3ª instância da empresa i, no período t;
INSTSUP**dummy**_{it}: variável independente binária do processo em instância superior da empresa i, no período t;
ε_{it}: Termo de erro da regressão.

Para a análise estatística foi utilizado o *software Stata*® *Statistics/Data Analysis*, versão 2013, a fim de realizar a técnica estatística de regressão logística para dados em painel.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA QUALITATIVA

No F.R. as empresas devem relatar os processos relevantes de acordo com suas características financeiras e operacionais, o que inclui os processos em que é autora. Na subseção 4.1.1 apresentam-se todos os processos coletados no F.R. de ambas as partes processuais. Na subseção 4.1.2 estão descritos os processos divulgados em mais de um período em que as empresas são réis, sendo retirados das análises aqueles que apareceram uma só vez no documento analisado, assim como os processos cuja companhia analisada é autora.

4.1.1 Processos totais

Os processos informados como relevantes pelas empresas que constituem a amostra da pesquisa pertencem aos setores que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes de acordo com Rosa (2014). A quantidade de processos relevantes divulgados entre os subitens 4.3 ao 4.7 do item 4 – Fatores de Risco do F.R. é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de processos relevantes divulgados em cada subitem

ANO/ F.R.	4.3	4.4	4.5	4.6	4.7
2010	1250	18		171	6
2011	1441	39	1	277	1
2012	1666	30	1	272	1
2013	1597	61	1	187	4
2014	1197	28	7	41	12
2015	1249	49	8	50	19
2016	1401	49	8	44	14
TOTAL	9801	274	26	1042	57

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se maior incidência no subitem 4.3, que versa sobre os processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes. As empresas, de modo geral, repetem um mesmo processo em subitens diferentes, por exemplo, a Celgpar. Os processos mencionados nos subitens 4.4 ao 4.7 foram os menos padronizados entre as empresas, impedindo que muitos dos informados fossem adicionados na amostra por

não conterem informações que pudessem classificá-los nas categorias desta pesquisa.

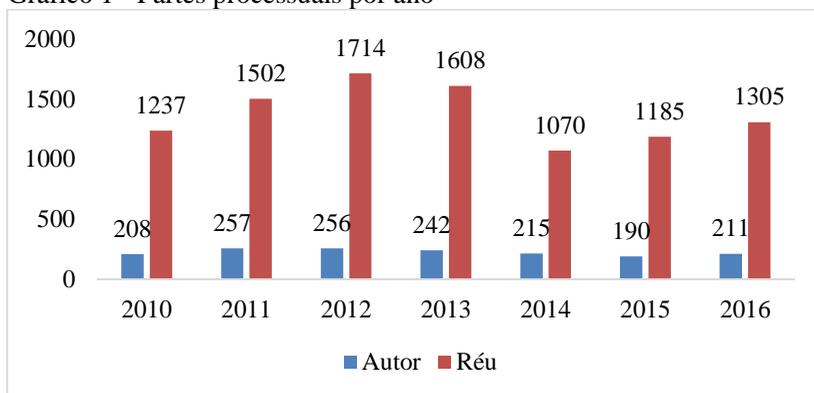
As empresas inserem no F.R. informações sobre os processos em que são autoras e/ou ré, ou seja, processos que geram ativos contingentes e/ou passivos contingentes. Importante ressaltar que há casos de divulgação de processos de uma só parte processual, o que é o caso da Pomifrut, que só apresentou processos no quais é autora. E há casos de empresas que apresentam somente processos em que é ré, como as empresas Pet Manguinhos, QGEP Part, SLC Agrícola, Minupar, Ambev, Natura, Afluente, CEEE-D, entre outras. Esses são aspectos individuais das empresas, que utilizam sua arbitrariedade de escolha para a definição de relevância proposta no F.R., não sendo considerada a quantidade de processos, mas sim a materialidade destes no contexto do negócio. Por exemplo a OSX Brasil apresentou seis processos ao todo entre os anos de 2012 e 2014. Dos processos informados, é autora de um, o que mostra que a quantidade não é aspecto principal da seleção, assim como não é a parte processual. A importância do processo decorre de sua resolução, que poderá impetrar falência às companhias envolvidas, incluindo ela mesma. No caso da OSX Brasil, inclusive, apenas na ação em que é autora é estimado o valor do processo.

Algumas empresas optam por descrever sucintamente o contexto da importância dos riscos elencados nos processos e como se comportam diante deles. Por exemplo, a OSX Brasil não apresentou processos nos anos de 2010, 2011, 2015 e 2016, explicando, porém, nos F.R., que não identificou aumento ou redução dos riscos, bem como reforçou que há constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, e que o fazem por meio de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Já a Cosan Limited, no ano de 2013, menciona que as provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quanto à identificação da parte processual no F.R., observou-se que a partir de 2013, as informações divulgadas passaram a estar mais padronizadas. Nos casos não informados explicitamente, foi necessária a leitura da explicação sumária do processo para a identificação.

O Gráfico 1 apresenta as partes processuais por ano.

Gráfico 1 - Partes processuais por ano



Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 1 mostra a predominância dos processos em que as empresas são réus, sendo 2012 o ano com a maior quantidade de processos informados. Ressalta-se que no F.R., devem ser descritos os processos que, na concepção da empresa, sejam relevantes e que impactem a empresa de alguma forma. Essas concepções podem mudar de um ano para o outro, ou pode haver a alteração do indivíduo (ou grupo de indivíduos) que elaboram o F.R.

Por exemplo, em 2012, a empresa Pet Manguinhos passou a divulgar processos finalizados, utilizando os termos: "processo arquivado", "acordo celebrado", "processo em fase de encerramento", "acordo pago", "execução já paga", "inclusão no Refis" "ou "processo finalizado", acrescentando tais processos que não haviam sido mencionados anteriormente. Ou seja, merece reflexão da relevância para análise de riscos dos *stakeholders* sobre o início da divulgação dos processos após seu término no âmbito jurídico, administrativo ou arbitral. Salienta-se a importância da menção dos processos que vinham sendo abordados, oferecendo desta forma ao usuário, o fechamento de um ciclo e como este ocorreu, para que o impacto possa ser analisado. No entanto, ressalta-se que poucas empresas divulgam esse tipo de informação ao longo do período analisado nesta pesquisa.

A Tabela 4 apresenta a classificação da quantidade de processos por setor, subsetor e parte processual.

Tabela 4 - Quantidade de processos por setor, subsetor e parte processual

Setor	Subsetor	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
		A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R
Consumo Não Cíclico	Agropecuária	47	37	46	29	41	26	47	72	16	60	14	61	31	72
	Alimentos Processados	15	58	12	59	18	97	20	157	2	191	28	171	33	198
	Bebidas	0	0	0	0	0	0	0	17	0	19	0	20	0	19
	Comércio e Distribuição	1	11	0	9	0	13	0	17	0	16	0	23	0	33
	Diversos	4	8	0	11	2	14	2	14	2	14	2	15	0	0
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	2	19	2	22	2	21	5	26	5	28	3	23	3	26
Total		69	133	60	130	63	171	74	303	25	328	47	313	67	348
Petróleo, Gás e Biocomb.	Petróleo, Gás e Biocomb.	8	177	31	239	33	323	8	291	15	156	16	193	25	311
	Total	8	177	31	239	33	323	8	291	15	156	16	193	25	311
Utilidade Pública	Água e Saneamento	42	93	70	133	71	141	65	130	60	137	44	170	38	104
	Energia Elétrica	89	834	96	1000	89	1079	83	896	89	475	83	509	81	542
Total		131	927	166	1133	160	1220	148	1026	149	612	127	679	119	646

Fonte: dados da pesquisa Legenda: A = Autor; R = Réu

Em números absolutos, a Tabela 4 mostra maior incidência de processos no setor de utilidade pública, seguido do consumo não cíclico. Porém, o setor de petróleo, gás e biocombustíveis possui menos empresas que os demais setores, o que demonstra o grande volume de processos desse setor. As empresas do subsetor energia elétrica destacam-se na quantidade de processos das duas partes processuais.

As empresas que compõem o setor de utilidade pública e de petróleo, gás e biocombustíveis têm em comum o fato de pertencerem a setores regulados. Também se nota que de 2010 a 2012 é inserido no F.R. um grande volume de processos tendo uma queda significativa nos anos posteriores. Isto pode estar relacionado a mudanças das características de relevância proposta pela companhia ou por sua assessoria jurídica. Também ocorreu de algumas empresas iniciarem os primeiros anos de preenchimento do F.R. com até 20 páginas, alcançando um pouco mais de 200 páginas no fim do período da pesquisa. Verificou-se em alguns casos que as empresas passaram a divulgar os processos de suas controladas e subsidiárias, modificando o perfil do documento.

Para analisar a quantidade das provisões e contingências ativas e passivas, a Tabela 5 apresenta o percentual das partes processuais por ano e setor.

Tabela 5 - Percentual das partes processuais por ano e setor

Ano	Parte processual	Consumo não cíclico	% do total	Petróleo, Gás e Biocomb.	% do total	Utilidade Pública	% do total	Total parte processual X ano
2010	Autor	69	33,17%	8	3,85%	131	62,98%	208
	Réu	133	10,75%	177	14,31%	927	74,94%	1237
2011	Autor	60	23,35%	31	12,06%	166	64,59%	257
	Réu	130	8,66%	239	15,91%	1133	75,43%	1502
2012	Autor	63	24,61%	33	12,89%	160	62,50%	256
	Réu	171	9,98%	323	18,84%	1220	71,18%	1714
2013	Autor	74	32,17%	8	3,48%	148	64,35%	230
	Réu	303	18,70%	291	17,96%	1026	63,33%	1620
2014	Autor	25	13,23%	15	7,94%	149	78,84%	189
	Réu	328	29,93%	156	14,23%	612	55,84%	1096
2015	Autor	47	24,74%	16	8,42%	127	66,84%	190
	Réu	313	26,41%	193	16,29%	679	57,30%	1185
2016	Autor	67	31,75%	25	11,85%	119	56,40%	211
	Réu	348	26,67%	311	23,83%	646	49,50%	1305
Total setor		2131	19,03%	1826	16,30%	7243	64,67%	11200

Fonte: dados da pesquisa

Em números relativos, a Tabela 5 mostra que o setor de Utilidade Pública é o que mais propõe ações para discutir assuntos ou buscar regularidades. Como retrato, cita-se a Casan, que em todos os anos da pesquisa apresenta no F.R. ações que buscam a desapropriação de áreas para a construção de suas bases operacionais ou as concessionárias que discutem os prazos de concessão ou atos regulatórios por receio da perda de receita.

A Tabela 6 apresenta o tipo de processos por setor.

Tabela 6 - Tipo de processos por setor

Setor	Tipo	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total por tipo
		A	R	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R			
Consumo Não Cíclico	Ambiental	0	6	0	4	0	4	0	14	0	6	0	5	1	2	42
	Cível	3	31	0	39	4	44	9	57	9	65	12	71	11	75	430
	Trabalhista	2	41	2	29	0	27	0	71	0	48	0	50	2	74	346
	Tributária	64	55	58	57	59	94	77	147	42	176	35	178	51	191	1284
	Outros	0	0	0	1	0	2	0	2	0	6	0	8	2	8	29
Total		69	133	60	130	63	171	86	291	51	301	47	312	67	350	2131
Petróleo, Gás e Biocomb.	Ambiental	0	10	2	10	2	8	0	1	0	7	0	8	6	34	88
	Cível	1	21	20	37	23	57	2	26	8	89	4	97	4	141	530
	Regulatório	0	2	1	3	0	1	0	4	0	3	1	10	6	10	41
	Trabalhista	0	58	0	59	0	56	0	6	0	5	0	17	0	31	232
	Tributária	7	43	8	87	8	87	6	59	7	48	10	53	8	88	519
	Outros	0	43	0	43	0	114	0	195	0	4	1	8	1	7	416
Total		8	177	31	239	33	323	8	291	15	156	16	193	25	311	1826
Utilidade Pública	Ambiental	0	30	5	43	1	45	1	36	1	51	1	56	1	45	316
	Cível	51	319	77	334	86	355	77	361	74	259	71	253	61	252	2630
	Regulatório	1	10	2	17	5	19	4	30	5	23	6	23	6	31	182
	Trabalhista	3	178	6	188	7	245	6	268	6	116	5	156	0	119	1303
	Tributária	76	390	76	551	61	556	60	331	63	163	44	191	51	199	2812
Total		131	927	166	1133	160	1220	148	1026	149	612	127	679	119	646	7243

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: A = Autor; R = Réu

Na Tabela 6, a classificação “Outros” refere-se aos processos que a empresa não informou o tipo/natureza do processo, e não foi possível fazê-lo por meio dos dados disponibilizados.

Ao desconsiderar as partes processuais, observa-se que não há homogeneidade na amostra quanto à maior incidência de processos em cada setor. As ações tributárias são percebidas em maior número no setor de consumo não cíclico, enquanto as cíveis são mais representativas nos setores regulados. Os processos regulatórios e ambientais são encontrados em menor proporção, sendo que para os ambientais, não foram incluídos na amostra o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado por se tratar de um acordo, mas apenas aqueles nos quais ocorreu o desfazimento por não cumprimento ocasionando uma causa administrativa, judicial ou arbitral.

Ao analisar por parte processual, o setor de consumo não cíclico mantém a estrutura de que o tipo/natureza do processo mais efetivado é o tributário como réu ou autor. Já no setor de petróleo, gás e biocombustíveis, nos processos em que as empresas são rés, nota-se uma variação na hierarquia da quantidade de processos informados. No ano de 2010, as mais mencionadas foram as trabalhistas; de 2011 a 2013 foram as tributárias; e de 2014 a 2016 foram as cíveis. No ano de 2014 a 2015, não foram descritos processos trabalhistas e nada foi informado no F.R. sobre os motivos, que poderiam estar relacionados com o impacto irrelevante nos resultados da companhia, ou valores fora do que a empresa considera relevantes para constar no documento, ou até a mudança de indivíduo encarregado de prepará-lo. Algumas empresas informam que esses processos são parte usual e normal decorrentes de sua atividade.

O setor de utilidade pública alterna entre os anos os processos mais citados entre os de natureza tributária e cível. Dos setores da amostra, esse é o que mais possui processos ambientais na condição de ré.

As características das empresas operacionais e financeiras orientam a forma como abordam um processo como relevante. Essa avaliação é subjetiva e discricionária. Sendo assim, buscou-se nos F.R. o posicionamento de todas as empresas quanto à relevância dos processos, que está descrita na Tabela 7.

Tabela 7 - Definição de relevância do valor dos processos de acordo com as empresas que apresentaram este item no F.R.

Relevância em valor	Empresas
R\$ 50.000,00 a R\$ 200.000,00	Pomifrutas, Fornodeminas, Josapar
R\$ 500.000,00 a R\$ 5.000.000,00	Dommo, Lupatech, Brasilagro, Cemar, Copasa, CEEE-D, CEEE-GT, Cemig
R\$ 10.000.000,00 a R\$ 25.000.000,00	Marfrig, Copel, Cesp
R\$ 50.000.000,00 a R\$100.000.000,00	P. Açúcar, Cemig, Cemig Dist, Cemig GT
1% PL	Celipa

Fonte: dados da pesquisa

Na análise das informações fornecidas pelas empresas, percebeu-se uma distinção na forma como conduzem a percepção sobre relevância. Algumas optam por um valor. Outras, além do valor, incluem os processos que possam trazer impactos operacionais, de imagem e jurídicos. Ou, ainda, optam apenas por esta última parte. O Quadro 3 apresenta outros aspectos de relevância considerados pelas empresas e está integralmente relacionado à Tabela 7, ou seja, quando a empresa está citada em ambos, considera-se a informação em conjunto.

Quadro 3 - Outros aspectos de relevância considerados pelas empresas que apresentaram este item no F.R.

Empresa	Informações adicionais	Ano
Dommo	No valor mencionado na Tabela 7 ou que possa causar prejuízo neste valor.	2014 a 2015
Lupatech	No valor mencionado na Tabela 7 com classificação de perda provável.	2014 a 2015
Brasilagro	E as de natureza trabalhista pelo impacto na estratégia de negócios e estrutura administrativa.	2011 a 2016, exceto 2015
Marfrig	Além de matérias que numa eventual decisão desfavorável podem impactar suas operações ou imagem.	2012 a 2015
	Consideram-se os valores históricos. Além de matérias que numa eventual decisão desfavorável possam impactar suas operações ou imagem.	2016
Cemar	Processos Administrativos Regulatórios.	2010 a 2015

Pomifrutas	Somente processos tributários.	2010 a 2016
Fornodeminas	Além de processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.	2015 a 2016
Josapar	E somente contingências passivas.	2010 a 2016
Josapar	Sendo Cível >R\$ 50 mil; Tributário > R\$ 200 mil e somente contingências passivas.	2012 a 2016
P. Açúcar	Para processos tributários e administrativos.	2011 a 2016
Celpa	E que podem causar dano à imagem e/ou às atividades da Companhia.	2014
Copel	Também o fator de risco de imagem a que se expõe o emissor no caso de perda do processo, o que complementa os critérios utilizados para a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais.	2012 a 2016
Minerva	Além da relevância da capacidade de o resultado impactar o patrimônio, capacidade financeira ou os negócios, considerou-se riscos de imagem ou riscos jurídicos.	2011 a 2016
JBS	A partir de 100 milhões classificadas em provável e/ou possível. Além da relevância da capacidade de o resultado impactar o patrimônio, capacidade financeira ou os negócios, considerou-se riscos de imagem ou riscos jurídicos.	2010 a 2016
Oderich	Há somente processos tributários.	2014 a 2016
AGConcessões	Considera o valor envolvido, prognóstico de perda e o objeto das ações.	2016
Bonaire Part	Não são considerados somente os potenciais efeitos econômicos e financeiros de uma decisão desfavorável, como também aqueles processos em que a imagem de suas controladas possa ser afetada de maneira adversa.	2011 a 2013
Celpa	Que possam vir a impactar (i) de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, e (ii) negativamente a imagem da Companhia.	2016
AES Elpa	Crítérios estipulados pela Companhia (que não foram informados).	2015 a 2016

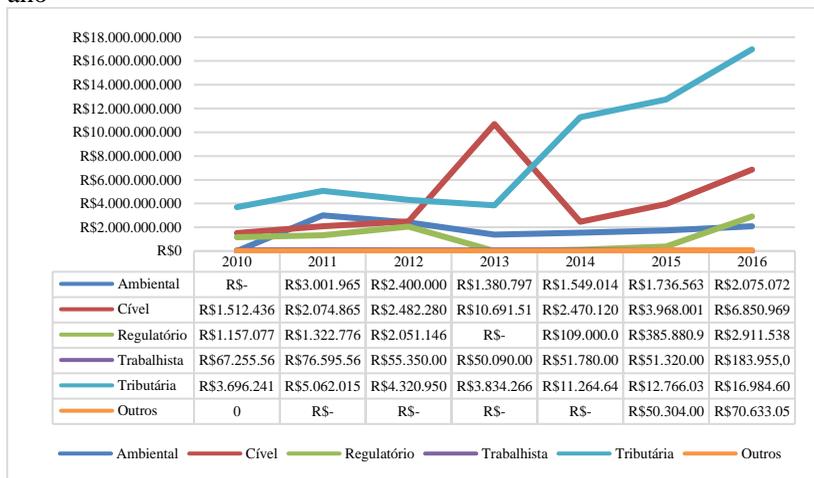
AES Sul		2010 a 2016
Celpe	Em virtude dos valores envolvidos, ou quando as matérias são de grande relevância para a condução dos negócios da Companhia ou para sua imagem.	2015 a 2016
Cemar		2016
CPFL energia	Não são considerados somente os potenciais efeitos econômicos e financeiros de uma decisão desfavorável, como também aqueles processos em que a imagem de suas controladas possa ser afetada de maneira adversa.	2010 a 2016
CPFL geração		2011 a 2016
CPFL Piratin		2011 a 2016

Fonte: dados da pesquisa.

O processo de caracterização de relevância não é estático. Nota-se no Quadro 3 que algumas empresas mudaram a percepção dos critérios no decorrer do período da pesquisa. De modo ilustrativo, a Marfrig não informou sobre a relevância dos processos no ano de 2010 e 2011. De 2012 a 2015, tratou como processos relevantes os que possuem valor acima de R\$10 milhões ou que tratem de matérias que numa eventual decisão desfavorável possam impactar as operações ou imagem da empresa. Já em 2016, a empresa acrescentou a seguinte informação: “valores históricos superiores a R\$10 milhões”, modificando o valor da relevância, já que nos anos anteriores, tal valor poderia ser atualizado.

O Gráfico 2 relaciona os valores dos processos em que a empresa é autora com os tipos de processos por ano.

Gráfico 2 - Valores dos processos em que a empresa é autora por tipo e ano



Fonte: dados da pesquisa

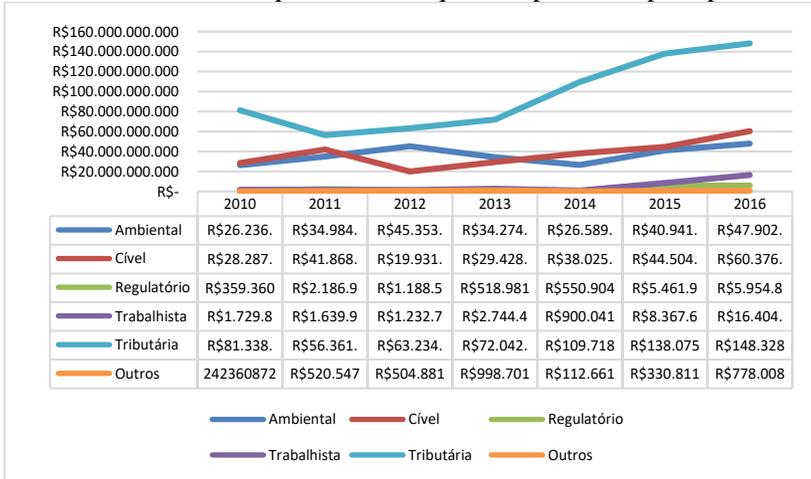
De modo geral, os valores das discussões realizadas por parte da empresa mantêm-se regulares, exceto pelas discussões cíveis, que obtiveram seu ápice em 2013 com posterior queda, e as tributárias, que estão crescentes. Em relação às contingências tributárias, o contexto encontrado corrobora Ribeiro (2012), que explica que as disputas judiciais ocorrem na busca de benefícios para a empresa como prorrogação de pagamento, redução do valor ou cancelamento de multa e juros. Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) mostraram que esse tipo de disputa era comum no período de altas taxas inflacionárias para minimizar os impactos dos pacotes econômicos inconstitucionais emitidos pelo governo.

Quanto ao valor, cabe destacar as mudanças ocorridas no decorrer do período da pesquisa. O aumento progressivo deste valor é o mais comum, porém observaram-se situações em que o valor diminuía sem nenhuma explicação, ou, para exemplificar, há o caso da Pomifrutas (autora do processo), cujo valor da ação tinha seus valores atualizados, até que depois de determinado ano, passou a ser divulgado o valor original histórico da ação, ou seja, muito inferior ao último informado. Os motivos para tal feito não foram comentados, contudo seria benéfico para a fidedignidade das informações e avaliação de riscos que esses valores estivessem atualizados. Inclusive, para a empresa, seria ainda mais

vantajoso por se tratar de ativo contingente e, portanto, uma possível receita.

No Gráfico 3, apresentam-se os valores dos processos em que a empresa é ré com os tipos de processos por ano.

Gráfico 3 - Valores dos processos em que a empresa é ré por tipo e ano



Fonte: dados da pesquisa.

Entre os processos em que as empresas são réas, notam-se os maiores valores nas ações tributárias, os quais estão sempre aumentando. Os cíveis também apresentam o mesmo prognóstico depois de 2012. Ao comparar os valores destes processos com os do Gráfico 2, percebe-se que os processos impetrados questionam maiores montantes.

Quanto às minúcias observadas na coleta dos valores processuais, verificou-se que alguns processos são mensurados parte por valor monetário e parte por bens. É o exemplo da Companhia Terra Santa, que em um dos seus processos, além do valor da causa em cerca de 4,5 milhões, ainda envolve 4.200 hectares de terra. No caso da Sabesp, a empresa não pleiteia valores monetários, mas a garantia futura de receita, por meio da reintegração de posse, que assegura a continuação da prestação de serviços. Outro caso da mesma empresa é a solicitação de não pagar imposto do qual outrora foi isenta. Ou, ainda, a possibilidade de manutenção da exclusividade da utilização de uma marca, como a BRF pela marca Nuggets®.

Outra situação refere-se às aquisições de empresas, que permanecem com a responsabilidade parcial de pagamento ou

recebimento a depender das perdas ou ganhos dos processos. A Raizen Energia dividiu o valor da causa em três partes: reembolsável, não reembolsável e pagamento pela Cosan.

Além do valor, a probabilidade de perda de um processo é informação imprescindível no contexto processual por indicar o modo de apresentação desta contingência, se no balanço patrimonial, nas notas explicativas ou indiferença na apresentação. As empresas utilizam critérios diferentes para definir a chance de perda de um processo, sendo que parte delas divulga esta informação. A Tabela 8 apresenta os decisores da probabilidade de perda de acordo com as empresas.

Tabela 8 - Decisor da probabilidade de perda de acordo com as informações das empresas no F.R.

Decisor da probabilidade de perda	Qtd	Empresas
Assessoria jurídica	26	Cosan, Cosan Ltda, Raizen energia, Petrorio, São Martinho, Excelsior, Marfrig, Minerva, Minupar, Fornodeminas, Josapar, Oderich, Bombril, Hypermecas, P. Acúcar-CBD, Aes Elpa, Aes Sul, Celpa, Celpe, Cemar, Cemig, Cemig Dist, Cemig GT, Cesp, Coelce, Sanepar, Sanesalto
Assessoria jurídica e Gestor	10	Qgep part, Lupatech, Terra Santa, BRF S.A, JBS, Natura, Alupar, Ampla Energia.
Gestor	4	Marfrig, J. Macedo, M.DiasBranco e Copel

Fonte: dados da pesquisa.

Não são todas as empresas que divulgam como definem a probabilidade de perda das empresas, contudo, das que a apresentaram, nota-se que todas as empresas estabelecem os critérios da assessoria jurídica ou em conjunto com ela, com exceção das empresas J. Macedo, M.DiasBranco, Copel e a Marfrig, que depois do ano de 2012 informaram serem os gestores das empresas os responsáveis pela condução da análise das probabilidades de perda. A Marfrig, inclusive, até 2012, informava que os responsáveis eram os assessores jurídicos e nada divulgou sobre a mudança instaurada no grupo avaliador. Notou-se, ainda, que não foram mencionados os auditores na composição dos grupos que cerceiam o processo decisório.

Algumas empresas, além de mencionarem os envolvidos no processo de decisão da probabilidade de perda, adicionam informações relativas a outros aspectos do processo, apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Informações adicionais do processo de definição da probabilidade de perda

Informações adicionais	
Cosan, Cosan Ltda e Raizen Energia	E avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.
Lupatech	Informações disponíveis quanto à expectativa de desfecho, em montante dito suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis em demandas onde a Companhia e suas controladas são requeridas, ou seja, fazem parte do polo passivo de ditas ações.
Brasilagro	Somente a assessoria jurídica - 2011 a 2014 e 2016. A assessoria jurídica em conjunto com o gestor, 2015.
Oderich	Avaliação conservadora.
Bombрил	E no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar.
Aes Elpa e Aes Sul	Reflete a melhor expectativa de perda das ações judiciais.
Copasa	2010 a 2015 - Com base nos fatos alegados, o pleito deduzido em face da situação fática e de direito, bem como a posição jurisprudencial dominante em casos análogos.
	2016 - Foi instituído fórum específico para revisão e validação dos níveis de riscos e valores, indicados pela área jurídica nos processos judiciais contra a Companhia, sendo que os valores reclassificados são submetidos à aprovação da Diretoria Executiva mensalmente, estabelecendo-se, assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

Fonte: dados da pesquisa.

Em informações adicionais são verificados outros aspectos considerados relevantes no processo de análise e decisão da mudança na chance de perda dos processos. Por exemplo, na percepção da companhia Oderich, a avaliação deve ser conservadora, enquanto as empresas Aes Elpa e Aes Sul analisam a melhor expectativa de perda das ações judiciais. Nota-se, neste ponto, a liberdade que os gestores possuem de utilizar os critérios que consideram mais adequados para a administração e análise de riscos.

A Tabela 9 apresenta a chance de perda por setor e ano dos processos em que são réis.

Tabela 9 - Chance de perda por setor e ano dos processos em que são réus

Setor	Ano	Probabilidade de perda				
		Possível	Provável	Remota	Outros	Não informado
Consumo não Cíclico	2010	81	28	38	7	48
	2011	74	32	30	8	46
	2012	117	37	29	11	40
	2013	208	58	50	16	45
	2014	207	56	62	9	19
	2015	206	64	61	8	21
	2016	244	68	60	7	36
Total		1137	343	330	66	255
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2010	66	29	72	16	2
	2011	102	54	86	19	9
	2012	93	68	164	18	13
	2013	34	14	219	20	12
	2014	103	19	43	4	2
	2015	115	22	42	4	26
	2016	203	31	61	6	35
Total		716	237	687	87	99
Utilidade Pública	2010	320	571	154	4	9
	2011	474	583	230	7	5
	2012	472	652	245	5	6
	2013	521	440	198	8	7
	2014	344	242	150	17	8
	2015	358	270	158	12	8
	2016	335	240	145	6	39
Total		2824	2998	1280	59	82

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 9 foi classificada de acordo com as probabilidades de perda previstas no CPC 25. Porém algumas empresas, no espaço previsto para indicar a chance de perda, adicionaram outras informações que justificassem a falta do item, tais como: condenação transitada em julgado; inexistente; não aplicável; não foi estimado; perda efetiva; prejudicado; em face do trânsito em julgado; acordo; arquivado definitivamente; autos finalizados e arquivados definitivamente – condenação paga; execução já paga; êxito alcançado ou obtido; êxito não alcançado; débito cancelado; improvável; inclusão no refis; não há e o débito foi quitado. Na ocorrência de tais termos, a chance de perda foi classificada em “Outros”.

A classificação “Outros” também foi utilizada para as ocorrências em que eram apresentadas mais de uma chance de perda para um mesmo valor. Ocorreu de, em um mesmo processo, ser informada a chance de perda em parte dos anos divulgados e a outra não, sendo que neste último caso, este processo foi classificado em “Outros”. Em “Não Informado” foram adicionados os processos em que não ocorreram menção da chance de perda.

A distribuição da chance de perda ocorre de forma heterogênea entre os setores. O setor de consumo não cíclico classificou os processos na maior parte das vezes em possível. O setor de petróleo, gás e biocombustíveis, em remota, porém quantidade muito próxima de possível. E o setor de utilidade pública, em provável, ou seja, os processos constam do balanço patrimonial e passaram pelo resultado em algum momento anterior.

Contudo, vale ressaltar que, apesar de a empresa considerar um processo relevante em um ano, não necessariamente ele consta no F.R. no ano seguinte, e o motivo não é informado. Quando há descontinuidade na apresentação do processo, não há como identificar se o processo mantém a chance de perda. Esta informação é importante especialmente nos casos em que a mudança é da classificação provável para qualquer outra chance de perda ou de possível ou remoto para provável, pois nesses casos transita pelo resultado e passivo da empresa. A respeito disso, a empresa M. Dias Branco justificou, em um dos seus processos, a reversão de valores realizada em função da reavaliação da estimativa de perda de provável para possível realizada pelo escritório patrocinador da ação, porém esta informação não é comumente divulgada no F.R.

Outra empresa que abordou o assunto na descrição de um de seus processos foi a Biosev, que relatou que a provisão foi baixada por causa de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal, que deu provimento à apelação da Companhia para reconhecer a competência do juiz da Ação Ordinária e anulou a sentença para que seja apreciado o pedido de produção de provas.

As empresas Bombril e Pet Manguinhos, no afã de justificar a adoção de determinada probabilidade de perda em alguns processos, citaram a decadência processual, que pode estar relacionada ao que Ribeiro (2012) mencionou sobre o fato de as empresas se arriscarem por pleitearem benefícios futuros no montante a ser pago.

No F.R. há dois campos distintos que remetem ao valor do processo: o primeiro é o campo de valores envolvidos e o outro, de provisões. Notou-se, porém, que mesmo quando os processos estão classificados como provável, há diferença dos valores desses dois

campos. Na Tabela 10 são apresentados os valores das provisões de todos os processos classificados como prováveis.

Tabela 10 - Provisões dos processos classificados como prováveis

Tipo do Processo	Chance de perda Provável	Provisão	%
Ambiental	R\$3.812.631.626,09	R\$2.505.969.864,44	65,73%
Cível	R\$27.046.342.566,01	R\$14.765.312.815,59	54,59%
Regulatório	R\$249.003.183,01	R\$376.545.075,91	151,22%
Trabalhista	R\$5.098.722.618,77	R\$3.876.209.522,78	76,02%
Tributária	R\$56.563.004.458,05	R\$3.876.209.522,78	6,85%
Outros	R\$122.407.325,41	R\$81.227.186,10	66,36%

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 10 observa-se que os valores provisionados em relação aos valores das causas alcançam de 6,85 a 76,02%. Nos processos regulatórios percebe-se que o valor provisionado é maior que os informados nas ações.

Apesar de o CPC 25 deixar explícito que quando um processo é classificado como provável deva ocorrer um provisionamento do valor de provável perda, é comum encontrar processos de classificação da chance de perda provável sem provisão, ou com valor menor ou maior ao da ação. Também há processos de classificação possível ou remota que possuem provisão, e aqui citam-se as empresas Ultrapar, Brasilagro, Adbanced-DH, SLC Agrícola, entretanto não são as únicas que utilizam esse procedimento. Um dos motivos é que as empresas provisionam o montante que acreditam que realmente vão perder. Outro motivo apresentado pela Biosev e pela Hypermarchas é que reconhecem a provisão pelo seu valor justo em razão da ocorrência de combinação de negócios, por isso, apesar de apresentarem chance de perda possível, provisionam um valor. E muitas empresas não cumprem o previsto no CPC 25 e não o provisionam, assim como não descrevem por que não o fazem.

Algumas provisões também não são realizadas porque as empresas efetuaram depósitos judiciais que foram solicitados pela justiça. Para ilustrar, em um dos processos em que é autora, a CEMAR menciona que efetuou os depósitos judiciais mensalmente e passou a pagar os valores discutidos de PIS e COFINS regularmente. A Hypermarchas destaca que o valor da causa está integralmente garantido por meio de fiança bancária. Alguns processos, apesar de não terem provisionamento para o valor da ação, possuem-no para as custas processuais, como as empresas Terra Santa e Natura.

Quanto a ganhar ou perder o processo, não há uma solicitação no F.R. de que tais ações sejam elencadas, mas algumas empresas mantêm o processo e informam no campo de principais fatos ou impacto em caso de perda. Um dos problemas é que as empresas não diferenciam os processos ativos dos já solucionados, podendo confundir os *stakeholders*. Por exemplo, a Brasilagro justificou o término de processos em âmbito administrativo, judicial ou arbitral por aderirem a parcelamentos diversos como o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) ou parcelamento excepcional (PAEX), tanto nas ações em que são réis quanto autoras, podendo ocorrer este parcelamento em apenas parte do litígio, como um dos processos da companhia Josapar, não sendo caso único. Um outro exemplo é o da ADVANCED-DH, que destacou que a arbitragem estava encerrada e que o crédito foi cedido à empresa Metropolis Capital Markets GmbH em 10 de março de 2014.

Para obter um panorama dos processos que são considerados relevantes por setor, a Tabela 11 apresenta a relação entre os processos totais que abrangem todos da amostra, processos divulgados em mais de um período e, entre estes, os que mudaram a chance de perda no período da pesquisa.

Tabela 11 - Relação de processos considerados relevantes por setor

Setor	Subsetor	Processos Totais		Processos divulgados em mais de um período		Processos com mudança na chance de perda	
		Autor	Réu	Autor	Réu	Autor	Réu
Consumo Não Cíclico	Agropecuária	242	357	48	84	0	13
	Alimentos Processados	166	893	48	214	0	16
	Bebidas	0	75	0	18	0	0
	Comércio e Distribuição	1	122	0	22	0	1
	Diversos	12	76	2	17	2	2
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	22	165	7	24	2	9
Total		443	1688	105	379	4	41
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	136	1690	41	443	9	34
Total		136	1690	41	443	9	34
Utilidade Pública	Água e Saneamento	390	908	75	238	18	34
	Energia Elétrica	610	5335	135	1300	11	101
Total		1000	6243	210	1538	29	135
Total Geral		1579	9621	356	2360	42	210

Fonte: dados da pesquisa.

Os processos divulgados em mais de um período representam 22,55% dos processos totais de sua autoria, e 24,53% nos processos em que é ré. O percentual distancia-se ao analisar os processos com mudança na chance de perda, em que naqueles em que é autora, o percentual é de 11,80% e nos processos em que é ré, 8,90%. Ou seja, há mais mudanças na probabilidade de perda nos processos de autoria da companhia, dado que pode ser explicado pela celeridade que esta possa provocar nos trâmites para obtenção de benefícios.

4.1.2 Processos divulgados em mais de um período

Esta seção abordará os processos que apareceram duas ou mais vezes no período de 2010 a 2016. Por tratar-se do estudo de Provisões e Passivos Contingentes, não serão consideradas as informações dos processos de autoria da empresa. A Tabela 12 apresenta a relação entre os processos totais, processos continuados e, entre os continuados, aqueles que mudaram a chance de perda no período da pesquisa dos processos em que a empresa é ré.

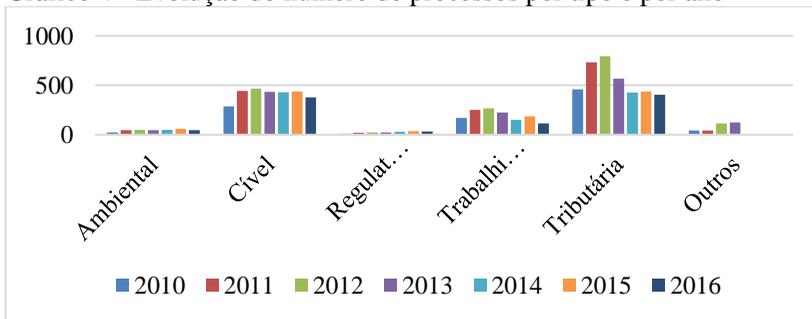
Tabela 12 - Relação entre os processos totais, divulgados em mais de um período e com mudança na chance de perda

Setor	Subsetor	Processos Totais (PT)		Processos divulgados em mais de um período (PMP)		% PMP em relação ao PT	Processos com mudança na chance de perda (PMCP)		% PMCP em relação ao PMP	% PMCP em relação ao PT
		Total	% PT	Total	% PMP		Total	% PMCP		
Consumo Não Cíclico	Agropecuária	357	3,71%	84	3,56%	23,53%	13	6,19%	15,48%	3,64%
	Alimentos Processados	893	9,28%	214	9,07%	23,96%	16	7,62%	7,48%	1,79%
	Bebidas	75	0,78%	18	0,76%	24,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
	Comércio e Distribuição	122	1,27%	22	0,93%	18,03%	1	0,48%	4,55%	0,82%
	Diversos	76	0,79%	17	0,72%	22,37%	2	0,95%	11,76%	2,63%
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	165	1,71%	24	1,02%	14,55%	9	4,29%	37,50%	5,45%
Petróleo, Gás e Biocomb.	Petróleo, Gás e Biocomb.	1690	17,57%	443	18,77%	26,21%	34	16,19%	7,67%	2,01%
Utilidade Pública	Água e Saneamento	908	9,44%	238	10,08%	26,21%	34	16,19%	14,29%	3,74%
	Energia Elétrica	5335	55,45%	1300	55,08%	24,37%	101	48,10%	7,77%	1,89%
Total Geral		9621	100,00%	2360	100,00%		210	100,00%		

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 12 identifica-se que os processos do subsetor energia elétrica são os mais representativos da amostra. Porém, entre os processos que divulgam repetidamente os processos, há uma certa homogeneidade relativa entre os subsetores, sendo que os percentuais variam de 14,55 até 26,21%. Já as mudanças na chance de perda possuem maior destaque no subsetor de produtos de uso pessoal e de limpeza do setor de consumo não cíclico. O Gráfico 4 apresenta a evolução do número de processos por tipo e por ano.

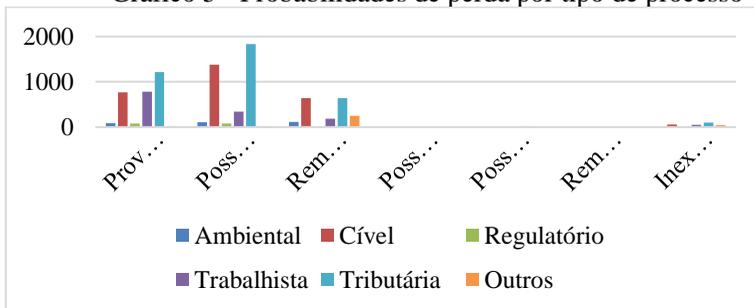
Gráfico 4 - Evolução do número de processos por tipo e por ano



Fonte: dados da pesquisa.

Os processos tributários foram os que mais variaram até 2013, apresentando maior homogeneidade nos anos seguintes. Além disso, a classificação “outros” mostrou variação já que os processos passaram a ser identificados por tipo e não pela forma de discussão, se judicial, administrativa ou arbitral. O Gráfico 5 apresenta a quantidade de acordo com a probabilidade de perda por ano de todos os processos que foram divulgados mais de uma vez no F.R. entre os anos de 2010 a 2016.

Gráfico 5 - Probabilidades de perda por tipo de processo



Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que a classificação possível e remota está presente majoritariamente nos processos cíveis e tributários. Os tributários ainda contemplam a maior fatia das probabilidades de perda provável e, portanto, estão divulgados no passivo da empresa. A Tabela 13 apresenta todas as mudanças na chance de perda, identificando qual classificação alterou e o total de trocas no período de 2010 a 2016.

Tabela 13 - Mudança na chance de perda

Setor	Tipo	MUDANÇA NA CHANCE DE PERDA DE/PARA						Total de troc.
		Rem - Possív	Rem - Provável	Possív - Provável	Possív - Remota	Prov - Possív	Prov - Remota	
Cons. Não Cíclico	Amb.	0	1	2	0	0	0	3
	Cível	1	1	1	1	3	1	8
	Trab.	0	1	7	0	1	0	9
	Tribut.	7	0	2	14	3	0	26
Petróleo, Gás e Biocomb.	Amb.	0	0	0	2	0	0	2
	Cível	4	0	2	4	4	0	14
	Outros	1	0	0	1	0	1	3
	Trab.	1	0	1	1	0	2	5
Utilid. Pública	Tribut.	4	0	3	6	1	1	15
	Amb.	6	0	4	6	4	3	3
	Cível	1	7	17	25	2	4	76
	Regul.	0	0	2	0	2	0	4
	Trab.	3	7	15	0	4	3	42
	Tribut.	4	1	8	5	1	0	29
Total por tipo de mudança		52	18	64	75	35	15	259
Total de trocas no período de 2010 a 2016								

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: rem = remota; possív = possível; prov = provável; troc = trocas; biocomb. = biocombustíveis; utilid.. = utilidade; cons. = consumo

Um mesmo processo pode apresentar uma ou mais trocas em um período, e por este motivo, os totais apresentados na Tabela 13 divergem dos totais apresentados na Tabelas 11 e 12. No setor de consumo cíclico, a maior quantidade de mudanças ocorreu entre os processos tributários, e nos demais setores concentrou-se nos cíveis. As mudanças mais significativas ocorreram na sequência: de possível para remota, de possível para provável e de remota para possível. Entre estes, observa-se que um terço não transita pelo balanço, tornando o resultado da companhia ileso das contingências.

Contudo, para que os *stakeholders* tenham uma percepção do impacto das contingências e, assim, o risco a que a companhia está submetida, há um campo no F.R. que solicita que as empresas analisem o impacto em caso de perda do processo, o qual se nomeou de

materialidade. A materialidade foi categorizada para melhor compreensão na Tabela 14.

Tabela 14 - materialidade categorizada

Setor	Materialidade					
	Financ	Operac	Imagem	Outro	Pouco significativo ou inexistente	Não informado
Consumo Não Cíclico	1044	30	16	235	49	44
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	404	40	40	33	83	697
Utilidade Pública	2478	159	18	677	381	2054

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta tabela, a análise de impacto de uma empresa pode ser classificada em mais de uma categoria. A materialidade financeira é a mais representativa estando de forma mais ou menos acentuada na maioria dos processos. Porém, nos casos em que o valor é imaterial para as finanças da companhia, outras situações são encontradas, como, por exemplo, o efeito negativo da perda desse processo perante a comunidade e seus investidores.

O Quadro 5 apresenta exemplos de classificações de materialidade que compuseram a Tabela 14 e as respectivas empresas. Porém, vale ressaltar que um mesmo texto pode ser utilizado por mais de uma empresa, e que grande parte delas utiliza um texto padrão para todos os processos e, em alguns casos, em repetidos anos.

Quadro 5 - Exemplos de materialidade

EXEMPLOS DE MATERIALIDADE	EMPRESA	ANO
Financeira		
Pagamento do valor envolvido.	SLC AGRÍCOLA	2010
A perda definitiva desse processo representaria uma necessidade de desembolso e poderia propiciar que outros 300 parceiros rurais na mesma condição ingressem com ação judicial semelhante.	TERRA SANTA	2010

Ajuizamento de Ação Anulatória ou apresentação de garantia em Execução Fiscal.	BOMBRIL	2012
Exclusivamente o Pagamento do valor discutido com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.	M. DIAS BRANCO	2012
A controlada possui cobertura de seguro para esses processos judiciais, sendo o valor não segurado correspondente a R\$ 19.554 mil.	ULTRAPAR	2010
Desembolso do valor em contrapartida de baixa de provisões.	ULTRAPAR	2015
Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.	CEMIG	2011
Pagamento das parcelas deferidas em juízo.	COELBA	2013
Pagamento da multa arbitrada em R\$1 milhão, com o risco de majoração pelo órgão administrativo, bem como risco de imagem. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem.	MARFRIG	2013
Operacional		
Anulação dos licenciamentos ambientais, cassação das respectivas licenças e demolição da obra, pleiteando, ainda, uma indenização por danos ambientais. Além do impacto financeiro, que, em razão de uma eventual penalidade, os advogados externos estimam ser na ordem de R\$1 milhão, destaca-se o impacto à imagem da Companhia perante a sociedade, em relação a um suposto descumprimento de normas ambientais.	M. DIAS BRANCO	2010
Caso a decisão seja desfavorável para o Bertin, a Companhia poderá ser obrigada a conceder o direito de descanso aos empregados das salas de desossa, causando impacto na cadeia de produção da carne, especialmente como atrasos no processo de produção da carne e aumento de custos de produção. Além disso, esta	JBS S.A	2011

decisão poderá servir de precedente para as ações trabalhistas individuais atualmente em curso ou que surjam no futuro contra a Companhia que abordem esta questão.		
(1) Indenização por danos materiais e morais supostamente causados pelas atividades das réis em alto-mar, que teriam prejudicado a atividade pesqueira e (2) a paralisação das atividades desenvolvidas pelos réus no Campo Manati, Bacia de Camanu, Bahia.	QGEP PART	2011
Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.	CEMIG	2013
Não se pode prever o resultado final do processo, porém, acreditamos que um resultado desfavorável poderá exercer um efeito substancialmente adverso para a Companhia, pois implicará a contratação direta de muitos empregados.	COPASA	2010
Imagem		
Anulação dos licenciamentos ambientais, cassação das respectivas licenças e demolição da obra, pleiteando, ainda, uma indenização por danos ambientais. Além do impacto financeiro, que, em razão de uma eventual penalidade, os advogados externos estimam ser na ordem de R\$1 milhão, destaca-se o impacto à imagem da Companhia perante a sociedade, em relação a um suposto descumprimento de normas ambientais.	M. DIAS BRANCO	2011
Sem impacto financeiro, mas com possível impacto na imagem da Companhia perante seus clientes e investidores, em relação ao descumprimento da legislação trabalhista e da ausência de adoção de medidas de inserção social de beneficiários reabilitados e de pessoas portadoras de deficiência.	M. DIAS BRANCO	2010
Não podemos prever o resultado final do processo, porém caso venha ser desfavorável pode causar impacto econômico, bem como na imagem da empresa.	SABESP	2010

Pagamento da multa arbitrada em R\$1 milhão, com o risco de majoração pelo órgão administrativo, bem como risco de imagem. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem.	MARFRIG	2013
Outros tipos de materialidade		
Condenação quanto ao Reclamante já paga. Processo segue apenas quanto à execução previdenciária.	PET MANGU.	2012
A condenação importará na anulação de todos os TOI emitidos e na devolução em dobro do que foi recebido pela Coelce em razão desses procedimentos.	COELCE	2010
Eventual condenação no presente caso não teria efeito prático para a empresa, vez que, conforme arguido em nossa defesa, não há instalado nenhum medidor eletrônico nas versões 5.0.2, 6.0.1 e 6.0.2, que foram retirados pela Cia. e substituídos pelas versões 5.0.4 e 6.0.4. No entanto, o impacto de uma condenação seria no tocante à abertura de precedente jurisdicional, que possibilitaria o ajuizamento de novas ações coletivas e individuais e possíveis condenações para a não aplicação da medição eletrônica.	AMPLA ENERGIA	2010
O impacto será o ajuizamento de ação civil pública contra a Natura.	NATURA	2013
Pouco significativo ou inexistente		
Mínimo para as finanças da empresa.	JOSAPAR	2010
Não há. Processo finalizado.	PET MANGU.	2013
Quanto ao valor controverso objeto da consignatória, a cliente restou perdedora em todas as instâncias. Já foi realizado o pagamento total da condenação.	PET MANGU.	2012
Não existe impacto, uma vez que o risco de perda é remoto.	COPASA	2010
Na ocorrência de resultado desfavorável para a Companhia nessa ação, seu efeito será apenas financeiro e individual, sem representar impacto significativo nos resultados da Empresa.	COPASA	2011

Não especificado		
Não informado (terminologia da autora para os casos de não encontrar informação).		
Não há valor provisionado porque houve quitação.	PETROBRAS	2011
A Ação foi julgada procedente e confirmada em demais instâncias. Pendente de julgamento o último recurso cabível com poucas chances de êxito.	PET MANGU.	2012
A última provisão foi no sentido da possibilidade provável de perda, mas diante da sentença de improcedência e do conjunto probatório no sentido da sua manutenção, mínimas são as chances de reforma da decisão.	PET MANGU.	2010
Autos em fase de execução.	PET MANGU.	2010
Condenação paga pela corré e, em decorrência da Responsabilidade Solidária, há possibilidade da CE acionar a Refinaria para pagar a metade do que desembolsou.	PET MANGU.	2011
Não é possível prever as consequências de um eventual acolhimento da demanda.	CASAN	2013
O Autor popular pede apenas a nulidade do processo licitatório no processo. Diante disso, não há como fazer uma previsão do impacto nesta fase processual, tendo em vista que a obra já se encontra executada.	COPASA	2013

Fonte: dados da pesquisa.

A materialidade é subjetiva, pois trata-se da percepção dos assessores jurídicos e gestores amparados por sua equipe sobre o tema discutido. O aparato legal é analisado, e as minúcias dos processos revistas, conforme prevê o CPC 25 sobre a necessidade da mudança na chance de perda, já que podem ter ocorrido mudanças processuais, ou terem conseguido realizar as estimativas outrora não realizadas.

Sobre as estimativas, os valores envolvidos nem sempre são estabelecidos. Mesmo nos processos classificados em prováveis ocorre de as empresas estipularem uma provisão e informarem que não é possível estimar o valor naquele momento do processo, ou mencionarem que não é aplicável, ou imensurável. Tais termos são aceitos para classificação em possível ou remota, pois não transitam pelo balanço patrimonial e pela

DRE. Neste sentido, nota-se que as empresas não cumprem na integralidade os preceitos do CPC 25.

A Tabela 15 apresenta os valores somados, mínimo, máximo e média por ano e por tipo dos processos que mudaram a chance de perda no período da pesquisa.

Tabela 15 - Valor dos processos por ano e por tipo

		Valor (R\$)						
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Amb.	Σ	R\$1.497,690,146	R\$2,712,460,900	R\$2,395,902,225	R\$2,837,329,073	R\$3,605,721,647	R\$1,293,765,561	R\$1,121,650,971
	MÍN	R\$19,818,016	R\$10,670,000	R\$19,509,110	R\$16,503,887	R\$49,425,948	R\$34,867,500	R\$148,840,500
	MÁX	R\$1,086,926,211	R\$1,259,333,973	R\$1,466,801,181	R\$1,588,216,190	R\$1,836,974,322	R\$421,270,000	R\$427,000,000
	MÉD	R\$219,244,306	R\$231,694,241	R\$205,314,352	R\$285,412,907	R\$304,593,972	R\$207,623,651	R\$290,547,867
Cível	Σ	R\$19,891,226,244	R\$26,209,274,555	R\$7,622,940,182	R\$11,463,033,073	R\$13,113,156,579	R\$6,705,315,899	R\$7,492,630,165
	MÍN	R\$1,336,885	R\$976,480	R\$8,906,754	R\$73,877,000	R\$13,716,403	R\$29,609,317	R\$1,605,550,000
	MÁX	R\$18,622,414,086	R\$24,866,373,632	R\$6,815,824,617	R\$9,518,366,188	R\$11,245,907,924	R\$3,408,998,769	R\$3,840,864,941
	MÉD	R\$3,029,438,220	R\$3,065,232,557	R\$884,291,623	R\$2,205,413,509	R\$1,450,137,059	R\$821,999,489	R\$1,876,629,470
Trib.	Σ	R\$270,246,675	R\$290,948,792	R\$357,434,719	R\$239,112,177	R\$211,966,569	R\$168,308,937	R\$12,357,398
	MÍN	R\$1,525,635	R\$404,805	R\$448,823	R\$320,000	R\$423,169	R\$660,735	R\$1,223,139
	MÁX	R\$132,573,640	R\$102,396,114	R\$112,075,563	R\$64,077,450	R\$60,846,629	R\$61,426,703	R\$8,613,796
	MÉD	R\$30,590,742	R\$25,348,452	R\$21,220,799	R\$14,190,262	R\$19,948,723	R\$16,284,896	R\$3,785,207
Trib.	Σ	R\$8,556,700,139	R\$9,940,865,288	R\$15,693,661,346	R\$18,042,132,101	R\$21,945,259,270	R\$7,964,123,992	R\$7,778,515,580
	MÍN	R\$48,956,970	R\$9,617,910	R\$7,395,142	R\$9,995,889	R\$73,270,154	R\$178,269,450	R\$531,405,825
	MÁX	R\$5,228,448,008	R\$5,819,457,909	R\$5,601,539,075	R\$7,021,877,000	R\$8,884,471,821	R\$3,131,802,993	R\$3,198,576,714
	MÉD	R\$1,276,169,799	R\$1,093,740,822	R\$1,668,082,234	R\$2,017,782,958	R\$2,493,742,147	R\$726,639,716	R\$896,106,559
Regul.	Σ	R\$0,00	R\$4,882	R\$5,387	R\$326,748	R\$1,260,415	R\$6,226,404	R\$519,018
	MÍN	R\$0,00	R\$4,882	R\$5,387	R\$6,276	R\$374,224	R\$426,689	R\$519,018
	MÁX	R\$0,00	R\$4,882	R\$5,387	R\$320,472	R\$886,191	R\$5,799,714	R\$519,018
	MÉD	R\$0,00	R\$4,882	R\$5,387	R\$163,374	R\$630,207	R\$3,113,202	R\$519,018
Outros	Σ	R\$22,776,752	R\$22,776,752	R\$10,534,443	R\$9,319,722	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	MÍN	R\$1,231,612	R\$1,231,612	R\$1,231,612	R\$16,891	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	MÁX	R\$18,532,321	R\$18,532,321	R\$6,290,012	R\$6,290,012	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	MÉD	R\$7,592,250	R\$7,592,250	R\$3,511,481	R\$3,106,574	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 15, os valores mais vultosos estão entre os processos cíveis e tributários. Observa-se, ainda, que os valores sofrem alterações no decorrer do tempo, as quais podem ser motivadas por atualização do valor, acréscimo ou decréscimo de processos ou ainda por as empresas não estimarem valores em certos períodos em que o processo é apresentado.

4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA DADOS EM PAINEL

Para analisar as características que influenciam a mudança de probabilidade de perda das provisões e dos passivos contingentes de empresas brasileiras, adotou-se o método de Regressão Logística para Dados em Painel por ter-se uma análise temporal e variável dependente *dummy* caracterizada pela mudança de probabilidade de perda. A Tabela 16 mostra a análise de decomposição de variância das variáveis quantitativas que demonstra a variação ao longo do tempo para cada indivíduo (*within*), e a variação entre os indivíduos (*between*).

Tabela 16 - Estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância *within* e *between*

Variáv	Decomp.	Média	Desvio-Padrão	Mín	Máx	Obs.
valor	<i>overall</i>	15.655	2.7486	5.7	24.39	N = 6194
	<i>between</i>		2.7918	6.03	23.65143	n = 2058
	<i>within</i>		0.45818	4.76594	21.60927	T-bar = 3.00972
intern	<i>overall</i>	0.0181	0.07660	0	0.596	N = 6194
	<i>between</i>		0.07372	0	0.567	n = 2058
	<i>within</i>		0.01832	-0.19586	0.1988847	T-bar = 3.00972
tempo	<i>overall</i>	6.6039	6.1376	0	51	N = 6194
	<i>between</i>		5.8660	0	51	n = 2058
	<i>within</i>		1.9107	-19.7960	22.60397	T-bar = 3.00972
variác	<i>overall</i>	0.0803	12.362	-88.54	121.92	N = 6194
	<i>between</i>		6.9091	-58.825	57.84	n = 2058
	<i>within</i>		10.2428	-74.6621	83.41702	T-bar = 3.00972
tam	<i>overall</i>	22.264	1.64170	14.43	27.53	N = 6194
	<i>between</i>		1.61879	16.14333	27.53	n = 2058

	<i>within</i>		0.55834	19.45417	25.07417	T-bar 3.00972	=
--	---------------	--	---------	----------	----------	------------------	---

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: valor = valor_ln; intern = internacionalização; variac = variação; tam = tamanho

Por meio dos desvios-padrões da média dos regressores constata-se que a variação entre os processos (*between*) é maior do que a variação ao longo do tempo (*within*), com exceção da variável explicativa variação do resultado. Desta forma, os estimadores de efeitos fixos, por dependerem da variação temporal, podem não ser oportunos. Diferente do modelo de efeitos aleatórios que se trata de média ponderada das variações *between* e *within*.

A Tabela 17 apresenta as frequências e os percentuais das variáveis binárias, considerando a variação *between* e *within*.

Tabela 17 - Tabulações *within* e *between* das variáveis binárias

Variáveis		<i>Overall</i>		<i>Between</i>		<i>Within</i>
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Percentual
Mudança	0	5966	96.32	2057	99.95	96.81
	1	228	3.68	199	9.67	33.52
	Total	6194	100	2256	109.62	91.22
Material.	0	3065	49.49	1215	59.04	90.63
	1	3128	50.51	1025	49.81	93.35
	Total	6193	100	2240	108.84	91.88
ADR	0	5484	88.54	1829	88.87	99.78
	1	710	11.46	235	11.42	99.18
	Total	6194	100	2064	100.29	99.71
Novo_Merc	0	5048	81.5	1681	81.68	100
	1	1146	18.5	377	18.32	100
	Total	6194	100	2058	100	100
Regul.	0	944	15.24	293	14.24	100
	1	5250	84.76	1765	85.76	100
	Total	6194	100	2058	100	100
Aud	0	4697	75.83	2042	99.22	76.59
	1	1497	24.17	1317	63.99	37.51
	Total	6194	100	3359	163.22	61.27
Trab	0	5178	83.6	1707	82.94	99.95
	1	1016	16.4	353	17.15	99.67
	Total	6194	100	2060	100.1	99.9
Trib	0	3329	53.75	1152	55.98	100
	1	2865	46.25	906	44.02	100
	Total	6194	100	2058	100	100

Amb	0	5937	95.85	1970	95.72	100
	1	257	4.15	88	4.28	100
	Total	6194	100	2058	100	100
Cív	0	4552	73.49	1513	73.52	99.88
	1	1642	26.51	548	26.63	99.79
	Total	6194	100	2061	100.15	99.85
Reg.	0	6089	98.3	2022	98.25	100
	1	105	1.7	36	1.75	100
	Total	6194	100	2058	100	100
Inst1	0	4287	69.21	1494	72.59	96.07
	1	1907	30.79	698	33.92	89.22
	Total	6194	100	2192	106.51	93.89
Inst2	0	5249	84.74	1846	89.7	96.44
	1	945	15.26	344	16.72	80.75
	Total	6194	100	2190	106.41	93.97
Inst3	0	6081	98.18	2028	98.54	99.6
	1	113	1.82	48	2.33	79.3
	Total	6194	100	2076	100.87	99.13
Instsup	0	6056	97.77	2030	98.64	99.54
	1	138	2.23	49	2.38	76.31
	Total	6194	100	2079	101.02	98.99

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Material = materialidade; Novo_Merc = novo mercado; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Trib = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Reg = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior.

Conforme a categoria geral, 228 processos mudaram a chance de perda no período de 2010 a 2016 que representa percentual de 33,52% ao longo do tempo (*within*). Na categoria *between*, as menores observações quanto à presença estão nas variáveis relacionadas ao tipo de processo regulatório e às instâncias 3 e superior.

A Tabela 18 apresenta a matriz de correlação. Constata-se que as maiores correlações encontradas entre as variáveis explicativas são de 0,5619 entre tamanho e ADR e 0,5075 entre tamanho e valor_ln. Contudo, optou-se por manter todas as variáveis, com posterior exclusão, se necessário. As outras correlações são inferiores a este valor e consideradas baixas, o que é um indício de que no modelo não apresenta problemas de multicolinearidade.

Tabela 18 - Matriz de correlação entre as variáveis

	Mud	ValorLn	Mat	ADR	NM	Int	Reg.	Aud.	Trab.	Trib.	Amb.	Cív.
Mud	1											
ValorLn	0.05	1										
Mat	0.08	0.13	1									
ADR	0.04	0.39	0.07	1								
NM	0.04	0.07	0.27	0.18	1							
Intern.	0.00	0.15	0.10	0.03	0.34	1						
Regul.	-0.00	0.03	-0.15	-0.04	-0.37	-0.27	1					
Aud.	0.01	0.00	-0.02	-0.06	-0.06	-0.08	0.10	1				
Trab.	0.02	-0.33	0.14	-0.11	0.05	-0.01	-0.00	-0.02	1			
Tribut.	-0.07	0.26	-0.10	0.05	0.00	0.08	-0.13	0.05	-0.41	1		
Amb.	0.07	0.13	-0.03	0.13	0.11	0.00	0.02	-0.03	-0.09	-0.19	1	
Cív.	0.04	0.03	0.12	-0.01	-0.03	-0.05	0.08	0.04	-0.26	-0.55	-0.12	1
Regul.	-0.00	0.00	-0.03	0.10	-0.04	-0.01	0.05	-0.01	-0.05	-0.12	-0.02	-0.07
Inst1	-0.01	-0.05	0.33	0.01	0.14	0.00	-0.13	0.01	0.11	-0.20	-0.03	0.22
Inst2	0.02	0.06	0.19	0.03	0.09	-0.00	-0.10	0.03	-0.05	0.06	-0.00	0.00
Inst3	0.05	0.01	0.04	-0.00	0.05	-0.00	0.04	-0.00	0.08	-0.06	0.02	-0.02
Instsup	-0.01	0.07	0.04	0.15	-0.04	-0.01	-0.03	-0.02	0.01	-0.08	0.01	0.09
Tempo	0.07	0.09	0.36	0.08	0.04	-0.01	-0.03	-0.08	0.20	-0.31	0.09	0.25
Variac	-0.01	0.05	-0.18	-0.01	0.01	0.01	0.07	0.06	-0.09	0.14	-0.00	-0.11
Tam	0.04	0.50	0.22	0.56	0.22	0.23	0.01	0.09	-0.07	-0.03	0.15	0.17

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Mud = mudança, ValorLn = valor; Mat = materialidade; NM = novo mercado; Intern = internacionalização; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Continuação Tabela 18 - Matriz de correlação entre as variáveis

	Regul.	Inst1	Inst2	Inst3	Instsup	Tempo	Variac	Tam
Regul.	1							
Inst1	0.02	1						
Inst2	0.06	-0.28	1					
Inst3	0.07	-0.09	-0.05	1				
Instsup	0.00	-0.10	-0.06	-0.02	1			
Tempo	0.03	0.12	0.20	0.06	0.19	1		
Variac	-0.07	-0.07	-0.12	-0.02	-0.01	-0.18	1	
Tam	0.09	0.09	0.06	0.05	0.14	0.22	-0.0168	1

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Mud = mudança, ValorLn = valor; Mat = materialidade; NM = novo mercado; Intern = internacionalização; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Testou-se então a regressão em painel logística sendo a mudança na chance de perda dos processos a variável dependente, que por meio das variáveis independentes busca ser explicada. Os resultados das regressões com a variável dependente binária estão apresentados na Tabela 19.

Tabela 19 - modelos em painel *logit*

Mud.	Pooled - Robusto			Efeitos Aleatórios			Efeitos Fixos		
	Coef.	Erro Pad.	Sig	Coef.	Erro Pad.	Sig	Coef.	Erro Pad.	Sig
Valor_Ln	0.1220	0.03159	***	0.1293	0.03719	***	0.1389	0.14215	
Mater.	0.9147	0.16743	***	0.9405	0.18428	***	0.8411	0.47464	*
Adr	0.4542	0.24172	*	0.4698	0.25650	*	0	omitted	
Novo_Merc	0.3711	0.17508	**	0.3839	0.19892	*	0	omitted	
Intern	0.1827	0.87866		0.1181	1.03827		7.0004	5.22860	
Reg.	0.0194	0.21692		-0.0229	0.23584		0	omitted	
Aud	0.3382	0.16257	**	0.3634	0.16497	**	0.5391	0.18816	***
Trab	1.1560	0.62303	*	1.1823	0.64807	*	0	omitted	
Tribut	0.0317	0.60255		-0.0406	0.63627		0	omitted	
Amb	1.5959	0.64708	**	1.6454	0.67943	**	0	omitted	
Cív	1.1135	0.61770	*	1.1187	0.64404	*	0	omitted	
Regul	0.6347	0.85024		0.6412	0.90583		0	omitted	
Inst1	-0.7722	0.18542	***	-0.8001	0.19834	***	-0.3438	0.54153	
Inst2	-0.1754	0.19326		-0.1512	0.20999		0.7514	0.48735	
Inst3	0.5200	0.34346		0.5138	0.36732		-0.1778	0.78858	
Instsup	-1.490	0.60538	**	-1.5656	0.64432	**	0.7061	1.15154	
Tempo	0.021	0.01182	*	0.02250	0.01265	*	0.0122	0.02709	
Variacao	0.001	0.00676		0.00201	0.00624		0.0068	0.00709	
Tamanho	-0.111	0.06295	*	-0.1143	0.06575	*	-0.1917	0.33452	
_Cons	-4.150	1.36220	***	-4.4364	1.37899	***			
Obs.		6193			6193			784	
Log likelihood		-897.899	s.		895.241			-	
Wald chi ²		218.81			123.45		LR chi ²	24.4	
Prob > chi ²		0.0000			0.0000			0.0111	

Obs.: *, ** e *** correspondem a 10%, 5% e 1% de nível de significância, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: Mater = materialidade; Novo_Merc = novo mercado; Intern = internacionalização; Reg. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Ps – pseudo.

Os três modelos possuem significância estatística ao considerar as variáveis como um todo. Porém, no modelo de efeitos fixos, foram omitidas as variáveis que não variaram ao longo do tempo ou que tiveram

redução no número de observações devido às suas características ou por falta de informação no F.R.

Os modelos *pooled* logit e efeitos aleatórios foram os que obtiveram o maior número de coeficientes estatisticamente significantes, com diferença apenas na variável novo mercado no qual o modelo *pooled* logit apresentou nível de significância de 5%, enquanto no modelo de efeitos aleatórios, este valor foi de 10%. Além disso, o modelo *pooled* logit apresentou erros-padrão menores aos encontrados nos outros modelos.

Foi realizado o teste de Hausman para especificar o melhor modelo, cujo resultado foi o painel logístico de efeitos aleatórios, uma vez que a probabilidade do teste é maior do que 0,05 e, portanto, não se rejeita a hipótese nula do teste.

Entre as variáveis estatisticamente significantes do modelo painel logístico de efeitos aleatórios, a Inst1, InstSup e tamanho apresentaram coeficiente negativo indicando que os processos que estão na 1ª instância são mais propensos a não mudar a chance de perda, talvez por estarem nas fases iniciais da discussão. E o fato de os processos tenderem a não mudar quando já estão nas instâncias superiores pode ser devido à resolução do caso mais iminente. O tamanho da empresa indica que quanto maior a empresa menor a chance de mudar a probabilidade de perda dos processos.

As variáveis do mesmo modelo com coeficientes positivos foram: valor do processo e materialidade financeira ao nível de 1% de significância; troca de empresa de auditoria e processos de natureza ambiental, com 5%; e empresas que emitem ADR, participantes do novo mercado, com processos de natureza trabalhista, cível e com maior tempo processual ao nível de 10% de significância. O que indica que a presença dessas variáveis pode explicar a mudança na chance de perda dos processos das empresas brasileiras.

O Quadro 6 apresenta as hipóteses rejeitadas e não rejeitadas pelo modelo painel logístico de efeitos aleatórios, de forma compilada.

Quadro 6 - Rejeição de hipóteses

HIPÓTESE	NÃO REJEITA	REJEITA
H1: Participar do novo mercado está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	

H2a: A emissão de ADRs está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H2b: O índice de internacionalização está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H3: Pertencer a setores regulados está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H4: A troca de empresa de auditoria está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H5: A variação no resultado está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H6: O tamanho da empresa está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H7a: O tipo de processo trabalhista está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H7b: O tipo de processo tributária está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H7c: O tipo de processo ambiental está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H7d: O tipo de processo cível está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H7e: O tipo de processo regulatório está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H8: O valor envolvido no processo está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H9: O tempo decorrido do processo está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H10: A materialidade financeira do processo está relacionada positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	

H11a: Processo em 1ª instância está relacionado negativamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H11b: Processo em instância superior está relacionado negativamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.	x	
H11c: Processo em 2º instância está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x
H11d: Processo em 3º instância está relacionado positivamente com a mudança na probabilidade de perda dos processos judiciais.		x

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 6, das 19 hipóteses construídas, oito foram rejeitadas. Dessas oito, a hipótese sobre tamanho foi rejeitada por apresentar coeficiente inverso ao previsto na hipótese, apesar de estatisticamente significativa.

4.3 ANÁLISES SUPLEMENTARES

A partir dos resultados apurados na seção 4.1, refletiu-se sobre as possíveis alterações no resultado caso as mudanças na chance de perda dos processos relevantes fossem limitadas a uma única direção, ou seja, que fossem considerados àquelas somente realizadas dos processos classificados como prováveis para contingências (possível e/ou remota); e de forma contrária: mudanças ocorridas de contingências (possível e/ou remota) para prováveis. Para estas análises, utilizou-se método de Regressão Logística para Dados em Painel que são apresentados nas subseções 4.2.1 e 4.2.2.

4.3.1 Mudança na chance de perda de processos classificados como prováveis para contingências (possível e/ou remota)

Como variável dependente utilizou-se a dummy caracterizada pela mudança de probabilidade de perda ocorridas na classificação de provável para contingências. A Tabela 21 mostra a análise de decomposição de variância das variáveis quantitativas que demonstra a variação ao longo do tempo para cada indivíduo (within), e a variação entre os indivíduos (between).

Tabela 20 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância *within* e *between*

Variáv.	Decomp	Média	Desvio Padrão	Mín	Máx	Obs
valor_ln	<i>overall</i>	15.91	2.23	10.48	20.62	N = 130
	<i>between</i>		2.27	10.48	19.62	n = 36
	<i>within</i>		0.42	14.32	18.51	T-bar = 3.61
internac	<i>overall</i>	0.00	0.03	0	0.17	N = 145
	<i>between</i>		0.03	0	0.13	n = 38
	<i>within</i>		0.00	-0.03	0.04	T-bar = 3.81
tempo	<i>overall</i>	10.82	5.91	0	28	N = 145
	<i>between</i>		5.22	0	28	n = 38
	<i>within</i>		3.05	-5.17	21.49	T-bar = 3.81
variacao	<i>overall</i>	-1.79	14.74	-88.54	57.84	N = 145
	<i>between</i>		8.38	-42.86	8.27	n = 38
	<i>within</i>		12.96	-74.55	75.98	T-bar = 3.81
tamanho	<i>overall</i>	22.44	1.21	17.69	24.68	N = 145
	<i>between</i>		1.35	17.71	24.23	n = 38
	<i>within</i>		0.24	20.78	23.39	T-bar = 3.81

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 21 observa-se que não há similaridade entre o comportamento das variáveis no que tange a decomposição *between* e *within* como ocorrido na Tabela 16 quando todas as direções de mudança na probabilidade de perda foram incluídas. Ao considerar apenas a direção de classificação de provável para contingência, nas variáveis *valor-ln* e *tamanho* a variação entre os processos (*between*) é maior do que a variação ao longo do tempo (*within*). Já as variáveis *tempo* e *variação* no resultado apresentam a variação ao longo do tempo (*within*) é maior que a variação entre os processos (*between*). Destaca-se que a variável internacionalização mantém-se igual para as duas medidas.

A Tabela 22 apresenta as frequências e os percentuais das variáveis binárias, considerando a variação *between* e *within*.

Tabela 21 - Tabulações *within* e *between* das variáveis binárias

Variáveis		Overall		Between		Within
		Freq.	%	Freq.	%	%
Mudança	0	102	70.34	38	100	66.28
	1	43	29.66	38	100	33.72
	Total	145	100	76	200	50
Material.	0	72	49.66	23	60.53	86.55
	1	73	50.34	23	60.53	78.66
	Total	145	100	46	121.05	82.61

ADR	0	137	94.48	36	94.74	100
	1	8	5.52	2	5.26	100
	Total	145	100	38	100	100
Novo_Merc	0	109	75.17	30	78.95	100
	1	36	24.83	8	21.05	100
	Total	145	100	38	100	100
Regul.	0	9	6.21	3	7.89	100
	1	136	93.79	35	92.11	100
	Total	145	100	38	100	100
Aud	0	115	79.31	38	100	80.75
	1	30	20.69	25	65.79	29.27
	Total	145	100	63	165.79	60.32
Trab	0	112	77.24	30	78.95	100
	1	33	22.76	8	21.05	100
	Total	145	100	38	100	100
Trib	0	129	88.97	35	92.11	100
	1	16	11.03	3	7.89	100
	Total	145	100	38	100	100
Amb	0	129	88.97	34	89.47	100
	1	16	11.03	4	10.53	100
	Total	145	100	38	100	100
Cív	0	73	50.34	17	44.74	100
	1	72	49.66	21	55.26	100
	Total	145	100	38	100	100
Reg.	0	141	97.24	37	97.37	100
	1	4	2.76	1	2.63	100
	Total	145	100	38	100	100
Inst1	0	110	75.86	31	81.58	90.55
	1	35	24.14	13	34.21	76.39
	Total	145	100	44	115.79	86.36
Inst2	0	122	84.14	36	94.74	90.71
	1	23	15.86	9	23.68	59.37
	Total	145	100	45	118.42	84.44
Inst3	0	144	99.31	38	100	98.68
	1	1	0.69	1	2.63	50
	Total	145	100	39	102.63	97.44
Instsup	0	143	98.62	38	100	98.68
	1	2	1.38	1	2.63	50
	Total	145	100	39	102.63	97.44

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Material = materialidade; Novo_Merc = novo mercado; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Trib = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Reg =

regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior.

Conforme a categoria geral, 43 de 102 processos mudaram a chance de perda no período de 2010 a 2016 que representa percentual de 33,72% ao longo do tempo (*within*). Na categoria *between*, as menores observações quanto à presença estão nas variáveis relacionadas à ADR, ao tipo de processo regulatório e às instâncias 3 e superior.

A Tabela 22 apresenta a matriz de correlação. Constatase que as maiores correlações encontradas entre as variáveis explicativas são de 0,51 entre tamanho e valor_In; - 0,64 entre processo trabalhista e valor_In e 0,75 do processo tributário e novo mercado. Contudo, optou-se por manter todas as variáveis, com posterior exclusão, se necessário. As outras correlações são inferiores a este valor e consideradas baixas, o que é um indício de que no modelo não apresenta problemas de multicolinearidade.

Tabela 22 - Matriz de correlação entre as variáveis

	Mud	ValLn	Mat	ADR	NM	Int	Reg.	Aud.	Trab.	Trib.	Amb.
Mud	1.00										
ValorLn	0.03	1.00									
Mat	-0.03	- 0.18	1.00								
ADR	- 0.02	0.25	- 0.09	1.00							
NM	- 0.03	0.27	0.34	0.19	1.00						
Intern.	0.05	- 0.06	- 0.13	- 0.03	- 0.06	1.00					
Regul.	- 0.02	0.16	- 0.13	0.07	- 0.39	0.03	1.00				
Aud.	0.06	0.03	0.07	- 0.05	- 0.06	- 0.06	0.06	1.00			
Trab.	- 0.09	- 0.64	0.31	- 0.15	- 0.15	- 0.07	- 0.06	- 0.02	1.00		
Tribut.	- 0.09	0.21	0.34	- 0.10	0.75	- 0.04	- 0.27	- 0.01	- 0.21	1.00	
Amb.	0.02	0.49	- 0.27	0.29	0.05	- 0.05	0.10	- 0.07	- 0.21	- 0.14	1.00
Cív.	0.14	0.21	- 0.30	0.03	- 0.33	0.14	0.12	0.09	- 0.51	- 0.34	- 0.34
Regul.	- 0.02	- 0.24	0.16	- 0.05	- 0.09	- 0.02	0.05	0.02	- 0.10	- 0.07	- 0.07
Inst1	0.03	- 0.16	0.27	- 0.15	- 0.20	- 0.07	0.02	0.12	- 0.08	- 0.21	- 0.21
Inst2	0.03	0.04	0.21	0.14	0.24	- 0.06	- 0.44	- 0.02	0.12	0.08	- 0.04
Inst3	0.14	0.09	- 0.10	- 0.02	- 0.04	- 0.01	0.02	- 0.04	- 0.05	- 0.03	- 0.03
Instsup	- 0.08	0.21	0.11	0.49	0.25	- 0.02	0.03	- 0.06	- 0.07	- 0.05	0.33
Tempo	- 0.00	- 0.02	0.18	0.19	- 0.08	- 0.15	0.19	- 0.12	0.26	- 0.03	- 0.07
Variac	0.10	0.12	- 0.06	0.01	0.10	0.02	0.10	0.13	- 0.10	0.08	0.04
Tam	0.01	0.51	- 0.09	0.33	0.09	0.01	0.09	0.00	- 0.34	- 0.06	0.37

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Mud = mudança, ValorLn = valor; Mat = materialidade; NM = novo mercado; Intern = internacionalização; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst 1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Continuação da Tabela 22 – Matriz de Correlação entre as variáveis

	Cív.	Regul.	Inst1	Inst2	Inst3	Instsup	Temp	Variação	Tam
Cív.	1.00								
Regul.	- 0.16	1.00							
Inst1	0.28	0.31	1.00						
Inst2	- 0.07	- 0.08	- 0.26	1.00					
Inst3	0.10	- 0.02	- 0.05	- 0.04	1.00				
Instsup	- 0.11	- 0.02	- 0.07	- 0.06	- 0.01	1.00			
Temp	0.01	- 0.17	0.20	- 0.02	- 0.04	0.04	1.00		
Varia	- 0.02	0.01	- 0.02	- 0.13	- 0.02	0.02	- 0.04	1.00	
Tam	0.18	0.07	0.04	- 0.01	0.05	0.18	0.11	0.03	1.00

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Mud = mudança; ValorLn = valor; Mat = materialidade; NM = novo mercado; Intern = internacionalização; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst 1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Testou-se então a regressão em painel logística sendo a variável dependente a mudança na chance de perda dos processos considerando apenas a direção classificatória de provável para contingências, que por meio das variáveis independentes busca ser explicada. Realizou-se o teste de Hausman que apresentou $\text{Prob} > \chi^2 = 1.0000$ e, portanto, utiliza-se o modelo de efeitos aleatórios. O resultado da regressão com a variável dependente binária está apresentado na Tabela 23.

Tabela 23 - modelo em painel logit

Mudanca	Coef.	Std. Err.	P> Z 	Sig
Valor_Ln	-0.1352	0.1842	0.463	
Materialidade	0.8302	0.6263	0.185	
Adr	-0.5738	1.105	0.604	
Novo_Mercado	1.1713	0.9467	0.216	
Internac	18.3803	31.417	0.559	
Regulacao	-0.7969	1.1489	0.488	
Aud	0.4316	0.5237	0.41	
Trab	-1.7607	1.6631	0.29	
Tribut	-2.6328	1.8905	0.164	
Amb	0.7500	1.5685	0.633	
Cív	0.2051	1.4220	0.885	
Regul	-0.3913	1.9734	0.843	
Inst1	-0.7140	0.7019	0.309	
Inst2	-0.2077	0.7799	0.79	
Inst3	29.2154	11083	1	
Instsup	-28.1783	66052	1	
Tempo	0.0578	0.0461	0.21	
Variacao	0.0230	0.0187	0.219	
Tamanho	-0.0901	0.2161	0.677	
_Cons	3.4034	4.3734	0.436	

Observações: 130

Wald χ^2 : 9.35

Prob > χ^2 : 0.9673

Fonte: dados da pesquisa.

Obs.: *, ** e *** correspondem a 10%, 5% e 1% de nível de significância, respectivamente.

Na Tabela 23 observa-se que nenhuma variável se apresenta estatisticamente significativa ao segregar a amostra geral de todas as mudanças na probabilidade de perda para apenas àquelas direcionadas às mudanças de perda classificadas de provável para contingências. Um problema pode estar relacionado ao tamanho da amostra para a análise de

dados em painel, o que mostra que para esta análise específica a segregação causa perda de informação.

4.3.2 Mudança na chance de perda de processos classificados como contingências (possível e/ou remota) para prováveis.

Como variável dependente utilizou-se a dummy caracterizada pela mudança de probabilidade de perda ocorridas na classificação de contingências para provável. A Tabela 24 mostra a análise de decomposição de variância das variáveis quantitativas que demonstra a variação ao longo do tempo para cada indivíduo (*within*), e a variação entre os indivíduos (*between*).

Tabela 24 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância *within* e *between*

Variáv.	Decomp	Média	Desvio Padrão	Mín	Máx	Obs
valor_ln	<i>overall</i>	15.229	2.333	10.31	21.2	N = 246
	<i>between</i>		2.363	10.31	20.92	n = 72
	<i>within</i>		0.322	14.114	17.717	T-bar = 3.416
internac	<i>overall</i>	0.009	0.039	0	0.284	N = 285
	<i>between</i>		0.040	0	0.239	n = 77
	<i>within</i>		0.016	-0.109	0.174	T-bar = 3.701
Tempo	<i>overall</i>	9.803	6.650	0	28	N = 285
	<i>between</i>		5.424	0	23	n = 77
	<i>within</i>		3.701	-13.196	22.303	T-bar = 3.701
variacao	<i>overall</i>	-2.637	16.557	-88.54	121.92	N = 285
	<i>between</i>		9.523	-29.43	38.583	n = 77
	<i>within</i>		13.315	-61.747	80.699	T-bar = 3.701
tamanho	<i>overall</i>	22.378	1.263	14.43	24.68	N = 284
	<i>between</i>		1.161	16.1433	24.47	n = 77
	<i>within</i>		0.241	20.6653	24	T-bar = 3.688

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 24 observa-se que ao segregar a amostra geral para apenas àqueles processos cuja mudança na chance de perda ocorreram de contingências (possível e/ou remota) para provável, há diferenças no comportamento entre os mínimos e máximos. Quanto aos máximos, observa-se que a variação entre os processos (*between*) é maior do que a variação ao longo do tempo (*within*), exceto pela variável variação no resultado em que a variação ao longo do tempo (*within*) é maior que a variação entre os processos (*between*).

A Tabela 25 apresenta as frequências e os percentuais das variáveis binárias, considerando a variação *between* e *within*.

Tabela 25 - estatísticas das variáveis quantitativas e decomposição de variância within e between

Variáveis		Overall		Between		Within
		Freq	%	Freq	%	%
Mudança	0	205	71.93	77	100	66.78
	1	80	28.07	76	98	33.66
	Total	285	100	153	198	50.33
Material.	0	96	33.68	35	45.45	82.01
	1	189	66.32	52	67	92.88
	Total	145	100	87	53	88.51
ADR	0	260	91.23	69	89.61	100
	1	25	8.77	8	10.39	100
	Total	285	100	77	100	100
Novo_ Merc	0	212	74.39	54	70.13	100
	1	73	25.61	23	29.87	100
	Total	285	100	77	100	100
Regul.	0	44	15.44	14	18.18	100
	1	241	84.56	63	81.82	100
	Total	285	100	77	100	100
Aud	0	222	77.89	77	100	79.69
	1	63	22.11	53	68.83	29.51
	Total	145	100	130	168.83	59.23
Trab	0	175	61.4	48	62.34	100
	1	110	38.6	29	37.66	100
	Total	285	100	77	100	100
Trib	0	230	80.7	63	81.82	100
	1	55	19.3	14	18.18	100
	Total	285	100	77	100	100
Amb	0	262	91.93	70	90.91	100
	1	23	8.07	7	9.09	100
	Total	285	100	77	100	100
Cív	0	190	66.67	51	66.23	100
	1	95	33.33	26	33.77	100
	Total	285	100	77	100	100
Reg.	0	283	99.3	76	98.7	100
	1	2	0.7	1	1.3	100
	Total	285	100	77	100	100
Inst1	0	217	76.14	61	79.22	93.96
	1	68	23.86	25	32.47	78.73
	Total	145	100	86	111.69	89.53
Inst2	0	235	82.46	68	88.31	94.19
	1	50	17.54	17	22.08	76.18

	Total	285	100	85	110.39	90.59
Inst3	0	270	94.74	75	97.4	97.58
	1	15	5.26	5	6.49	76.29
	Total	285	100	80	103.9	96.25
Instsup	0	279	97.89	77	100	98.7
	1	6	2.11	2	2.6	50
	Total	285	100	79	102.6	97.47

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: Material = materialidade; Novo_Merc = novo mercado; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Trib = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Reg = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior.

Conforme a categoria geral, 80 de 205 processos mudaram a chance de perda no período de 2010 a 2016 que representa percentual de 33,66% ao longo do tempo (*within*). Na categoria *between*, as menores observações quanto à presença estão nas variáveis relacionadas ao tipo de processo regulatório e às instâncias 3 e superior.

A Tabela 26 apresenta a matriz de correlação. Constata-se que a maior correlação encontrada entre as variáveis explicativas é de -0,52 entre processo cível e trabalhista, e as demais variáveis apresentam correlações inferiores a este valor e são consideradas baixas, o que é um indício de que no modelo não apresenta problemas de multicolinearidade.

Tabela 26 - Matriz de correlação entre as variáveis

	Mudança	Valor_Ln	Mat.	ADR	Novo_M	Intern.	Reg	Aud.	Trab.	Tribut.	Amb.	Cív.
Mud	1.00											
ValorLn	0.01	1.00										
Mat	- 0.01	- 0.15	1.00									
ADR	0.03	0.31	0.04	1.00								
NM	0.06	- 0.34	0.25	0.03	1.00							
Intern.	0.01	0.05	- 0.30	- 0.05	- 0.03	1.00						
Regul.	- 0.02	0.34	- 0.21	0.13	- 0.69	0.01	1.00					
Aud.	0.12	0.03	- 0.02	0.02	- 0.08	- 0.07	0.11	1.00				
Trab.	- 0.02	- 0.23	0.18	- 0.11	0.19	- 0.07	- 0.06	- 0.01	1.00			
Tribut.	- 0.06	0.18	- 0.03	0.06	- 0.08	0.08	- 0.02	0.07	- 0.40	1.00		
Amb.	0.03	0.01	- 0.10	0.01	0.26	0.07	- 0.28	- 0.06	- 0.25	- 0.14	1.00	
Cív.	0.05	0.06	- 0.08	0.06	- 0.29	- 0.03	0.26	- 0.01	- 0.52	- 0.34	- 0.34	1.00
Regul.	- 0.04	0.01	- 0.09	- 0.01	- 0.03	- 0.01	0.02	- 0.03	- 0.05	- 0.07	- 0.07	- 0.16
Inst1	- 0.01	- 0.18	0.19	0.19	0.20	- 0.09	- 0.15	- 0.01	0.26	- 0.21	- 0.21	0.28
Inst2	0.02	0.09	0.20	0.12	0.12	- 0.11	- 0.20	0.05	- 0.19	0.08	- 0.04	- 0.07
Inst3	- 0.01	0.04	- 0.07	0.04	0.08	0.23	0.11	0.07	0.07	- 0.03	- 0.03	0.10
Instsup	- 0.04	0.16	0.10	- 0.04	- 0.09	- 0.04	0.07	- 0.01	0.19	- 0.05	0.33	- 0.11
Tempo	- 0.12	0.27	0.14	- 0.22	- 0.26	0.01	0.17	- 0.14	0.04	- 0.03	- 0.07	0.01
Variac	0.07	0.19	- 0.16	0.02	0.13	0.05	- 0.05	0.05	- 0.01	0.08	0.04	- 0.02
Tam	0.06	0.49	- 0.17	0.36	- 0.01	- 0.03	0.17	- 0.01	- 0.06	- 0.06	0.37	0.18

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Mud = mudança, ValorLn = valor; Mat = materialidade; NM = novo mercado; Intern = internacionalização; Regul. = regulação; Aud = auditoria; Trab = trabalhista; Tribut = Tributária; Amb. = Ambiental; Cív = Cível; Regul = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Continuação da Tabela 26 – Matriz de Correlação entre as variáveis

	Regul.	Inst1	Inst2	Inst3	Instsup	Temp	Variacão	Tam
Regul.	1.00							
Inst1	- 0.03	1.00						
Inst2	- 0.03	- 0.26	1.00					
Inst3	- 0.01	- 0.13	- 0.12	1.00				
Instsup	- 0.01	- 0.08	- 0.07	- 0.04	1.00			
Temp	- 0.04	- 0.20	0.04	- 0.01	0.26	1.00		
Varia	- 0.01	0.09	0.07	0.03	- 0.01	0.00	1.00	
Tam	0.02	- 0.20	0.03	0.10	0.01	0.08	0.12	1.00

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: Regul = regulatória; Inst1 = instância 1; Inst2 = instância2; Inst3 = instância 3; Instsup = instância superior; Variac = variação; Tam = tamanho.

Testou-se então a regressão em painel logística sendo a variável dependente a mudança na chance de perda dos processos considerando apenas a direção classificatória de contingências para provável, que por meio das variáveis independentes busca ser explicada. Realizou-se o teste de Hausman que apresentou $\text{Prob} > \chi^2 = 0.8773$ e, portanto, utiliza-se o modelo de efeitos aleatórios. O resultado da regressão com a variável dependente binária está apresentado na Tabela 27.

Tabela 27 - modelo aleatório em painel logit

Mudanca	Coef.	Std. Err.	P> Z	Sig
Valor_Ln	0,0266	0,0856	0.756	
Materialidade	0,2008	0.3895	0.606	
Adr	-0.2744	0,6583	0.677	
Novo_Mercado	0,2549	0,5418	0.638	
Internac	2.5587	3,7033	0.490	
Regulacao	0,0611	0,5843	0.917	
Aud	0,6213	0,3495	0.075	*
Trab	20,7285	3,1590	0.000	***
Tribut	20,1803	3,1264	0.000	***
Amb	20,8602	3,1469	0.000	***
Cív	21,0207	3,1503	0.000	***
Regul	0	(omitted)		
Inst1	-0,1756	0.4464	0.694	
Inst2	0,3105	0.4838	0.521	
Inst3	-0,2974	0,6891	0,666	
Instsup	-0,3741	1,2338	0,762	
Tempo	-0,0441	0.0262	0.093	*
Variacao	0,0106	0.0102	0.302	
Tamanho	0,1302	0.1508	0.388	
_Cons	-24,8680			

Observações: 246

Wald χ^2 : 27699,95

Prob > χ^2 : 0.0000

Fonte: dados da pesquisa.

Obs.: *, ** e *** correspondem a 10%, 5% e 1% de nível de significância, respectivamente.

Ao tratar apenas das mudanças na probabilidade de perda na direção de processos classificados como contingências (possível e/ou remota) para prováveis, as variáveis estatisticamente significantes cujos coeficientes apresentaram-se positivos são: a troca de empresa de

auditoria, e todos os tipos de processos, o que mostra que quando a classificação muda nesta direção não faz diferença o tipo de processo, todos apresentam o mesmo nível de significância. A exceção são os processos regulatórios que o *software stata* omitiu. Além desses, a variável tempo apresentou-se estatisticamente significativa com coeficiente negativo relacionando que quanto menor o tempo maior a probabilidade de mudança na chance de perda dos processos nesta direção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o risco das companhias é um desafio para os *stakeholders*, especialmente quando as operações estão fora do balanço. Esta pesquisa interessou-se em identificar as características que afetam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras que envolvem operações dentro e fora do balanço.

Restringindo-se aos processos administrativos, judiciais e arbitrais divulgados no Formulário de Referência como sendo os considerados relevantes pelas companhias, foi possível observar o trânsito dos processos para dentro ou para fora do balanço, mas notou-se que dois terços das mudanças na chance de perda apuradas estão em classificações fora do balanço, como processos que passaram a chance de perda de possível para remota ou remota para possível.

O critério de relevância para definir quais processos devem ser divulgados no F.R. são realizados pelas companhias e algumas delas os identificam. Notou-se variados valores ou concepções de relevância que denotam a liberdade de escolha decorrente de uma contabilidade baseada em princípios e não em regras. Desta forma, cada empresa pôde adequar os parâmetros conforme seu volume de receitas, ativo ou procedimentos operacionais. A probabilidade de perda, da mesma forma que a relevância, é estabelecida por cada empresa, mas a maioria das empresas que divulgaram o critério informou que se apoia ou utiliza as probabilidades de chance de perda repassadas por sua assessoria jurídica.

Ressalta-se que os processos descritos retratam aqueles em que a empresa é ré ou autora, dado que o F.R. não se restringe aos passivos contingentes. Notou-se menor variação na apresentação dos processos de autoria das empresas, que sugere mudanças no conceito de relevância para os passivos contingentes ou adequação dos processos que vinham sendo identificados. Outros motivos também podem explicar, como a empresa Pet Manguinhos, que mantém os processos finalizados no F.R., mesmo após o seu término.

Cabe destacar que a empresa Pet Manguinhos está entre as exceções no que se refere à divulgação do término do processo e ao seu êxito. Contudo, o fato de os processos finalizados estarem elencados na mesma estrutura dos demais litígios gera confusão do impacto real daquele risco naquele dado momento para a empresa. A sugestão seria apresentar uma lista em separado.

Há de se mencionar, ainda, que por meio do F.R. não é possível identificar manipulações como as mencionadas por Balza (2017) sobre as provisões trabalhistas da empresa *International Meal Company* (IMC),

porém observou-se que muitos processos são descritos apenas em um ano, e não é possível definir qual a resolução da ação, se positiva ou negativa para a empresa; se aquele processo foi adicionado ou retirado para manipular/ gerenciar resultados (ROSA, 2014); ou ainda se passou a não constar no F.R. porque deixou de atender aos critérios de relevância constituídos pelas companhias.

Apesar de a amostra conter a mesma quantidade de empresas por setor, com exceção do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, observa-se que o setor de utilidade pública relaciona mais processos que os dois outros setores somados. E, de forma proporcional, observa-se que os setores que possuem empresas reguladas são os que mais divulgam processos.

No que se refere ao tipo de processo, a quantidade informada varia por setor. As contingências tributárias são mais presentes no setor de consumo não cíclico, enquanto as cíveis, no setor de utilidade pública e no setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

Destaca-se ainda que o fato de um processo estar classificado como provável não torna evidente a realização de uma provisão. Foram encontrados processos classificados como possível ou remota que mantêm provisão, ou devido à combinação de negócios ou por entender que a matéria discutida é relevante. Outro ponto é que os valores provisionados não são o mesmo da ação, já que as empresas provisionam apenas o montante que consideram como perda efetiva, o que pode ter motivado a desconfiança da acionista minoritária da TIM, a JVCO, quanto à falta de conservadorismo nas reservas de provisões (RAGAZZI; MAGALHÃES; BORTOLOZI, 2012), já que neste procedimento há o julgamento dos assessores jurídicos, gestores, contadores e auditores.

Da amostra coletada, observou-se que os percentuais de processos divulgados em dois ou mais períodos variam de 14,55 a 26,21% quando analisados com base em todos os processos descritos pelas empresas. E variam de 0,00 a 37,50% em relação aos divulgados em mais de um período, sendo o subsetor produtos de uso pessoal e de limpeza do setor de consumo não cíclico o que mais apresentou mudanças nas chances de perda.

Quanto à materialidade, notou-se que ainda que o impacto financeiro esteja presente na maior parte das ações, não é o único apresentado. As empresas ainda versam sobre a materialidade operacional, de imagem, outros tipos ou irrelevantes para a entidade.

Para identificar as características que afetam a mudança na probabilidade de perda, empregou-se a regressão logística para dados em painel, por tratar-se de análise longitudinal. Realizou-se o teste de

Hausman para definir o modelo mais adequado, se fixo ou aleatório. Como a hipótese nula não foi rejeitada, o modelo aplicado foi o aleatório, com $\text{Prob} > \chi^2 = 0.0727$.

As variáveis estatisticamente significantes do modelo painel logístico de efeitos aleatórios mostraram que não são somente as características dos processos que influenciam na mudança da chance de perda. Conforme Gonzalez e Silva Filho (2016, p.9), para a análise do risco legal relacionado aos litígios são necessários o exame de “particularidades jurídicas de cada caso, a título de exemplo: os elementos fáticos e probatórios, a matéria de defesa, a jurisprudência que trata do assunto em discussão etc.”, mas também as características das empresas afetam a mudança na chance de perda.

Dezenove hipóteses foram propostas no modelo, sendo que 11 não foram rejeitadas. As variáveis valor, materialidade e instância 1 apresentaram significância ao nível de 1%, o que mostra que o valor do processo e o possível impacto financeiro analisado pelas empresas por meio da materialidade estão entre as características que afetam a mudança na chance de perda. Já a variável instância 1 apresentou coeficiente negativo, o que já era esperado, dado que se trata ainda de discussão em fase inicial.

Os coeficientes das variáveis auditoria, tipo ambiental e instância superior apresentaram significância ao nível de 5%, exibindo relação positiva. No que tange à troca de empresa de auditoria, os resultados mostraram diferença no que foi encontrado na análise qualitativa, em que no F.R. não foi identificado o auditor como parte da equipe que decide sobre a chance de perda dos processos, o que diverge da literatura. Os resultados corroboram Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) ao mostrar que a troca da empresa de auditoria influencia no processo decisório da probabilidade de perda, já que os autores mencionam que os auditores têm papel fundamental junto ao gestor ou contador na validação das classificações de perdas nos processos administrativos, judiciais e arbitrais.

A significância relacionada aos processos do tipo/ natureza ambiental pode ser explicada pelas pressões quanto às questões ambientais e de sustentabilidade, cujas ações ultrapassam a barreira do custo, para a imagem da empresa e até operacional, pois algumas ações impedem a empresa de continuar as atividades enquanto a pendência não for solucionada. O coeficiente negativo da variável instância superior já era esperado, uma vez que neste patamar os advogados já interpelaram o que foi possível e agora aguardam a decisão, e não há motivos para mudar a chance de perda.

Os coeficientes das variáveis ADR, tipos trabalhista e cível e tempo apresentaram significância ao nível de 10%, apresentando relação positiva, evidenciando que podem explicar a mudança na probabilidade de perda dos processos. Uma empresa emitir ADR mostra que possui um diferencial, pois necessita adequar-se às resoluções solicitadas pelo mercado americano, que é exigente. Os processos dos tipos trabalhistas e cíveis são encontrados em grande volume. Os processos trabalhistas possuem uma legislação voltada aos direitos do trabalhador, e os cíveis tratam de questões cotidianas operacionais. Diferentemente dos processos tributários que decorrem de disputas judiciais, que Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) explicam ter origem no período de altas taxas inflacionárias em que o governo emitia pacotes econômicos para baixar a inflação, provocando contestações quanto a sua constitucionalidade, e mesmo tendo passado esse período, as empresas continuam a busca de anistia e pagamentos menores de impostos e multas.

O tempo decorrido do processo também influencia a mudança na probabilidade de perda dos processos, dado que quanto mais tempo de discussão, mais apontamentos sobre o processo surgem e, portanto, facilita o entendimento sobre a causa e sua chance de perda.

E, apesar de o coeficiente da variável tamanho apresentar-se estatisticamente significativa, este apresentou relação negativa, contrário ao esperado, já que o entendimento geral é de que empresas maiores teriam mais recursos e poderiam estar estimando melhor a probabilidade.

Com os dados dos processos coletados, optou-se por realizar testes suplementares no qual foram analisados separadamente os processos que mudam a chance de perda da classificação de dentro do balanço para fora do balanço e o inverso, de fora do balanço para dentro do balanço. A regressão realizada para processos classificados como prováveis para contingências (de dentro do balanço para fora) não apresentou nenhuma variável estatisticamente significativa, que pode ter ocorrido em virtude do tamanho da amostra. Nesta direção, as mudanças foram ínfimas, apresentando apenas 43 das 228 mudanças encontradas no total geral desta pesquisa.

Já na direção classificatória de contingências para prováveis (de fora do balanço para dentro do balanço) as variáveis estatisticamente significantes com coeficiente positivo foram a troca de empresa de auditoria e todos os tipos de processos, com exceção dos processos regulatórios que o *software stata* omitiu, o que aponta que estas variáveis quando presentes aumentam as chances de mudança na chance de perda, que neste caso para o tipo de processo, não apresentou diferenciação, dado que todos são significantes ao mesmo nível. A variável tempo

apresentou-se estatisticamente significativa com coeficiente negativo, que mostra que a mudança na probabilidade de perda tem mais chances de mudar quanto menor o tempo de processo.

Quanto às limitações da pesquisa, cita-se a falta de padronização das informações no F.R., sendo necessária a análise de conteúdo para realizar algumas classificações de autoria e tipos do processo. Também se identificou dificuldade na apresentação de valores, pois que alguns foram apresentados em dólar americano, dólar canadense e euro, havendo a necessidade de converter esses valores. E foi encontrado valor descrito em UFIR, medida extinta em 2001, sendo realizada a conversão do valor do processo pela última atualização divulgada pela Receita Federal do Brasil desta medida.

Ainda não foi possível distinguir os processos em âmbito administrativo, judicial e arbitral e, portanto, optou-se por desconsiderar esta classificação. Outro apontamento relaciona-se à mudança percebida na elaboração dos F.R. nos anos da pesquisa, sendo observada maior padronização a partir do ano de 2013.

Como recomendações de pesquisas futuras, sugere-se trabalhar com as provisões e contingências que transitam pelo resultado mostrando seu efeito material nas empresas. Outra sugestão é realizar as análises desta pesquisa exclusivamente nos litígios em que a empresa é autora. Esta pesquisa estuda as provisões e passivos contingentes sob uma nova ótica e espera instigar os pesquisadores a avançarem neste ponto, de modo a interagirem com a subjetividade encontrada nas normas a que estão submetidos. Compreender os fatores que explicam a mudança na probabilidade de perda pode avançar sobre outros aspectos a nível de política, mercado financeiro, dívida ou até cultura e organização de um país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. de; ALMEIDA, J. C. G. de. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 20, n. 50, 2009.

ANTUNES, G. A.; MENDONÇA, M. M de. Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008.

BALZA, G. Gigante dos alimentos manipula contabilidade para melhorar desempenho financeiro. **Jornal CBN** [internet], São Paulo/SP, 13 nov. 2017. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/economia/2017/11/13/GIGANTE-DOS-ALIMENTOS-MANIPULA-CONTABILIDADE-PARA-MELHORAR-DESEMPENHO-FINANCEIRO.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BAPTISTA, E. M. B. Ganhos em Transparência versus Novos Instrumentos de Manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 2, p. 234-239, 2009.

BARROS, M. A. L. L. de; BASTOS, M. M. O discurso jurídico das cortes brasileiras e a preocupação com a clareza: um estudo acerca do uso dos termos jurídicos. **Direito e Democracia**, v. 14, n. 1, 2016.

BELFIORE, P.; FÁVERO, L. P. **Métodos Quantitativos com Stata**: Procedimentos, Rotinas e Análise de Resultados. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.

BLACCONIERE, W. G.; PATTEN, D. M. Environmental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value. **Journal of accounting and economics**, v. 18, n. 3, p. 357-377, 1994.

CASTRO, M. C. C. S.; VIEIRA, L. K.; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do Disclosure de Contingências Ativas e Passivas nas Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na BM&FBovespa e na NYSE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, 2015.

CAPRIOTTI, K.; WALDRUP, B. E. Miscommunication of Uncertainties in Financial Statements: a study of preparers and users. **Journal of Business & Economics Research**, v. 3, n. 1, p. 33-46, 2005.

CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel; VAN VELTHOVEN, Barbara. Environmental disclosure quality in large German companies: economic incentives, public pressures or institutional conditions? **European accounting review**, v. 14, n. 1, p. 3-39, 2005.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25**: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, jun. 2009.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 23**: Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, Brasília, set. 2009.

NYSE – New York Stock Exchange. United States, 2017.

COVRIG, V.; LAU, S. T.; NG, L. Do domestic and foreign fund managers have similar preferences for stock characteristics? A cross-country analysis. **Journal of International Business Studies**, v. 37, n. 3, p. 407-429, 2006.

DAVIDSON, R. A.; CHRISMAN, H. H. Translations of uncertainty expressions in Canadian accounting and auditing standards. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 3, n. 2, p. 187-203, 1994.

DOUPNIK, T. S.; RICHTER, M. Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, p. 15-35, 2003.

DOUPNIK, T. S.; RICHTER, M. The Impact of Culture on the Interpretation of "In Context" Verbal Probability Expressions. **Journal of International Accounting Research**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2004.

DU, N.; STEVENS K. T.; MCENROE, J. E. Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, p. 67-70, 2011.

DU, N.; STEVENS, K. T. Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5. **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 248-262, 2011.

DUARTE, P. C.; LAMOUNIER, W. M.; TAKAMATSU, R. T. Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. p. 1-15.

FARIAS, M. R. S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. D.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.

FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A.; ROSA, C. A. da. As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte americano. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 134-154, 2014.

FERREIRA, J. da S.; CARVALHO, A. J. de; GRINGS, A. L.; ROVER, S. Provisões e Contingências Passivas: Mudança de Status da Chance de Perda dos Processos de Empresas Brasileiras. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 17., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2017.

FIRTH, M. The impact of size, stock market listing, and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. **Accounting and Business Research**, v. 9, n. 36, p. 273-280, 1979.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S. do; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLEASON, C. A.; MILLS, L. F. Materiality and contingent tax liability reporting. **The Accounting Review**, v. 77, n. 2, p. 317-342, 2002.

GONZALEZ, E. Z.; SILVA FILHO, C. F. da. Risco Legal e Companhias Abertas: Ponderações Sobre a Importância da Avaliação do Risco Jurídico para Atuação no Mercado Mobiliário. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664**, n. 14, p. 20-37, 2016.

HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 1, p. 32-50, 2013.

HOFFMAN, V. B., PATTON, J. M. How are loss contingency accruals affected by alternative reporting criteria and incentives. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, p. 151-167, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.

Disponível em:

<<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>>. Acesso em: 14 out. 2017.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs of and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Rochester, n. 3, p. 305-360, Dec. 1976.

JESUS, S. S. de; SOUZA, M. M. de. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016.

LEMES, S.; CARVALHO, N. L. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, B. R. T. de; MENEZES JÚNIOR, C. B. de; RODRIGUES, J. M. *Disclosure de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Relacionados aos Precedentes Judiciais Vinculantes*. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília - DF, 2017.

LOSEKANN, V. L.; PEREIRA, R. C.; LEHNHART, E. dos R.; LÖBLER, M. L. Uma análise de operações financeiras off-balance: com ênfase nas contingências passivas de empresas listadas nos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 20., 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza - CE, 2016.

MARAGNO, L. M. D.; BORBA, J. A. Mapeando as origens das Contingências nas Empresas Estrangeiras listadas na NYSE: uma Abordagem por meio do Sistema Legal e da Governança. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, J. Cedae reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 17 milhões no 1º trimestre. **Jornal Valor Econômico** [internet], São Paulo/SP, 15 maio 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4968846/cedae-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-de-r-17-milhoes-no-1-trimestre>>. Acesso em: 22 maio 2017.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas: com exemplos de formatação e edição de trabalhos científicos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOREIRA, M. L. Beta contábil X Beta CAPM: um estudo com as empresas dos setores regulados e não regulados listados na BM&FBovespa. 2013. 92 p. Dissertação (Mestrado Profissional em

Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2013.

NELSON, M.W.; KINNEY JR., W.R. The effect of ambiguity on loss contingency reporting judgments. **Accounting Review**, v. 72, p. 257-274, 1997.

OLIVEIRA, J. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. 2007. **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 4, p.19-68, 2007.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis**: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PICCIONI, J. L.; SHENG, H. H.; LORA, M I. Mutual fund managers stock preferences in Latin America. **International Review of Financial Analysis**, v. 24, p. 38-47, 2012.

PENNO, M. C. Rules and Accounting: Vagueness in Conceptual Frameworks. **Accounting Horizons**, v. 22, n. 3, p. 339-351, 2008.

POETA, F. Z. **Julgamento relacionado às contingências**: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PRADO, F. J. do. **Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa**. 2014. 104f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAGAZZI, A. P.; MAGALHÃES, H.; BORTOLOZI, H. E. Minoritário questiona

provisão da TIM. **Valor Econômico**, São Paulo/SP, 3 out. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2853066/minoritario-questiona-provisao-da-tim>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

RIBEIRO, A. de C. **Provisões, Contingências e Normas Contábeis: um Estudo de Gerenciamento de Resultado com Contencioso Legal no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, A. de C.; RIBEIRO, M. de S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, 2013.

RODRIGUES da S. S.; GALDI, F. C. Relações com investidores e assimetria informacional. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 28, n. 74, p. 297-312, 2017.

ROSA, C. A. da. Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ROSTÁS, R. Gerdau reverte passivo e lucro salta no primeiro trimestre. **Jornal Valor Econômico** [internet], São Paulo/SP, 4 maio 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4957138/gerdau-reverte-passivo-e-lucro-salta-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SALOTTI, B. M.; MURCIA, F. D.; CARVALHO, N.; FLORES, E. (Coord.). **IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTANA, B. R. dos S. **Operações off-balance sheet e instrumentos híbridos: utilização pelas empresas que compõe o IBRX-100 e sua relação com o rating e a internacionalização das empresas brasileiras**. 2013. 38f. Tese (Doutorado) – Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, A. D. M. da; BARROS, L. A. B. de C. Determinantes da qualidade da governança corporativa das companhias abertas

brasileiras. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 14, n. 3, 2008.

SOUZA, M. M. de. **Perda no valor recuperável de ativos**: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. de M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEPE**, v. 1, n. 11, 2013.

TEIXEIRA, C.; SILVA, A. F. The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: some Portuguese evidence. **Revista de Estudos Politécnicos**, v.12, p. 57-73, 2009.

TONETTO FILHO, V.; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010. **Anais...** São Paulo, SP, Brasil. 2010.

TSAKUMIS, G. T. The influence of culture on accountants application of financial reporting rules. **Abacus**, v. 43, n. 1, p. 27-48, 2007.

TORRES, F.; CARRANÇA, T. Companhias reverterem R\$ 2 bi com base menor do PIS/Cofins. **Jornal Valor Econômico** [internet], São Paulo/SP, 10 maio 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4963260/companhias-revertem-r-2-bi-com-base-menor-do-piscofins>>. Acesso em: 15 maio 2017.

VELOZO, E. J.; PINHEIRO, L. B.; SANTOS, M. J. A. DOS; CARDOZO, J. S. DE S. Concentração de firmas de auditoria: atuação das big four no cenário empresarial brasileiro. **Revista Pensar Contábil**. v. 15, n. 58, set./dez. 2013.

APÊNDICE

SETOR ECONÔMICO	LISTAGEM		
	EMPRESA	CÓDIGO	SEGMENTO
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	COSAN	CSAN	NM
	COSAN LTD	CZLT	DR3
	DOMMO	DMMO	
	OGX PETROLEO	OGXP	NM
	PET MANGUINH	RPMG	
	PETROBRAS	PETR	
	PETRORIO	PRIO	NM
	QGEP PART	QGEP	NM
	ULTRAPAR	UGPA	NM
	LUPATECH	LUPA	NM
OSX BRASIL	OSXB	NM	
Consumo Não Cíclico	BRASILAGRO	AGRO	NM
	POMIFRUTAS	FRTA	NM
	SLC AGRICOLA	SLCE	NM
	TERRA SANTA	TESA	NM
	BIOSEV	BSEV	NM
	RAIZEN ENERG	RESA	
	SAO MARTINHO	SMTO	NM
	BRF SA	BRFS	NM
	EXCELSIOR	BAUH	
	JBS	JBSS	NM
	MARFRIG	MRFG	NM
	MINERVA	BEEF	NM
	MINUPAR	MNPR	
	FORNODEMINAS	FOMS	MA
	J.MACEDO	JMCD	
	JOSAPAR	JOPA	
	M.DIASBRANCO	MDIA	NM
	ODERICH	ODER	
	AMBEV S/A	ABEV	
	ADVANCED-DH	ADHM	
NATURA	NATU	NM	
BOMBRIL	BOBR		
HYPERMARCAS	HYPE	NM	
P.AÇÚCAR-CBD	PCAR	N1	
Utilidade Pública	AES ELPA	AELP	
	AES SUL	AESL	
	AES TIETE E	TIET	N2
	AGCONCESSOES	ANDG	MB

	ALUPAR	ALUP	N2
	AMPLA ENERG	CBEE	
	BONAIRE PART	BNPA	MB
	CEEE-D	CEED	N1
	CEEE-GT	EEEL	N1
	CELESC	CLSC	N2
	CELGPAR	GPAR	
	CELPE	CEPE	
	CEMAR	ENMA	MB
	CEMIG	CMIG	N1
	CESP	CESP	N1
	COELBA	CEEB	
	COELCE	COCE	
	COPEL	CPLC	N1
	COSERN	CSRN	
	CPFL ENERGIA	CPFE	NM
	CASAN	CASN	
	COPASA	CSMG	NM
	SABESP	SBSP	NM
	SANEPAR	SAPR	N2

Fonte: B3 (2017).

Legenda:

(DR1) BDR Nível 1

(DR2) BDR Nível 2

(DR3) BDR Nível 3

(DRN) BDR Não Patrocinado

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa

(N2) Nível 2 de Governança Corporativa

(NM) Novo Mercado

(MA) Bovespa Mais

(M2) Bovespa Mais - Nível 2

(MB) Balcão Organizado Tradicional